

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC PATRICK ALMEIDA RAMALHO BARBOSA

O PARADOXO DO DOMÍNIO DA ESCALADA:

um estudo comparativo das crises do estreito de Taiwan sob a ótica da
dinâmica da coerção

Rio de Janeiro
2021

CC PATRICK ALMEIDA RAMALHO BARBOSA

O PARADOXO DO DOMÍNIO DA ESCALADA:

um estudo comparativo das crises do estreito de Taiwan sob a ótica da
dinâmica da coerção

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2021

AGRADECIMENTOS

À minha amada esposa Simone, pela compreensão dos momentos de ausência e por todo suporte que tem me dedicado nos diversos momentos da minha vida. Obrigado por compartilhar as agruras e as felicidades desse caminhar e torná-lo mais leve. Sem o seu apoio este estudo não teria se materializado.

Às minhas queridas filhas Júlia e Laura, por tornarem os meus dias mais felizes e entenderem os períodos em que precisei me dedicar a este trabalho, por vezes, me fazendo ausente das suas rotinas. Tenho muito orgulho de vocês.

Ao meu orientador, CF (RM-1) Ohara Barbosa Nagashima, pelas orientações, estímulos, ensinamentos e completa dedicação ao longo desta jornada, tornando acessível e clareando o caminho para concluir esta dissertação, algo que, inicialmente, parecia longínquo.

À Escola de Guerra Naval, por meio de sua direção, corpo docente e administração, proporcionando condições, ainda que em período de pandemia, para a confecção deste trabalho acadêmico, e em sentido mais amplo, oportunizando o aprimoramento profissional e pessoal.

Aos companheiros do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores do ano de 2021, pelo excelente convívio, amizade e troca de experiências profissionais. De maneira particular, agradeço aos amigos CC Rômulo Fernandes e CC Langsch, pelo suporte não apenas durante a confecção deste trabalho, mas também por ocasião da preparação para o concurso ao longo de 2020.

A Deus, por me permitir chegar até aqui com saúde e entusiasmo, iluminando o meu caminho, as minhas decisões e escolhas.

“Contra o fundo escuro da bomba atômica, os Estados Unidos não desejam apenas apresentar força, mas também o desejo e a esperança de paz.”

(Dwight D. Eisenhower)

RESUMO

A busca por uma paz vantajosa é a justificativa da condução de uma manobra de crise, podendo envolver diversas expressões do Poder Nacional, especialmente os Poderes Político e Militar. Dessa maneira, quando deflagrada uma crise internacional político-estratégica, os esforços são direcionados nesse sentido, sendo comumente adotado o emprego do Poder Naval, um valioso instrumento para se evitar que uma crise se transforme em um conflito armado. Coadunando com esta ideia, os Estados Unidos da América (EUA), por ocasião das duas crises do estreito de Taiwan ocorridas ao longo da década de 1950, cumpriram este rito, contra a China comunista, em apoio à ilha de Taiwan. Nesse sentido, visando a elucidar o que, de fato, pode ter contribuído com as estratégias de coerção adotadas pelos EUA, o propósito desta pesquisa é verificar se a capacidade combativa ou, conforme será definido mais adiante, a dominância da escalada estadunidense afetou o seu grau de coerção ao longo das crises do estreito de Taiwan em 1954-55 e em 1958. Assim, o presente trabalho, por meio de um estudo comparativo, confrontará a teoria da dinâmica da coerção, proposta por Daniel Byman e Matthew Waxman, baseada na dominância da escalada, com as estratégias empregadas pelos norte-americanos, por ocasião das duas primeiras crises do estreito de Taiwan, cabendo ressaltar que a capacidade nuclear se transformou em um fator extremamente relevante nas resoluções dos episódios citados. Por fim, a pesquisa mostra um eventual paradoxo causado pela predominância do domínio da escalada dos EUA, podendo ter contribuído para a China comunista buscar uma suposta solução para tamanha assimetria combativa, seja por meio de alianças militares, seja através da priorização do desenvolvimento de programas nucleares, e disso procede a relevância do estudo.

Palavras-chave: Crise. Manobra de Crise. Poder Naval. Dinâmica da Coerção. Dominância da Escalada. Estreito de Taiwan.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estreito de Taiwan e as ilhas Quemoy, Matsu e Ilhas Pescadores.....	58
Figura 2 - Ilhas Yijiangshan e Dachen.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Inventário oficial do arsenal nuclear conhecido.....	56
Tabela 2 – Consolidação das comparações das crises analisadas.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

DMD – Doutrina Militar de Defesa

DMN – Doutrina Militar Naval

EUA – Estados Unidos da América

FPT – Força de Patrulha de Taiwan

KMT – Kuomintang

NSC – *National Security Council*

PCC – Partido Comunista Chinês

PLAN – *People's Liberation Army Navy*

PRC – *People's Republic of China*

RC – República da China

ROC – *Republic of China*

RPC – República Popular da China

SGM – Segunda Guerra Mundial

TDM – Tratado de Defesa Mútua

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1	Crise internacional político-estratégica e Manobra de crise.....	11
2.2	O emprego do Poder Militar e do Poder Naval.....	14
2.3	A teoria da Dinâmica da Coerção.....	16
2.4	Conclusões parciais.....	21
3	A PRIMEIRA CRISE DO ESTREITO DE TAIWAN.....	23
3.1	Antecedentes históricos.....	23
3.2	O início da crise.....	26
3.3	O ponto de inflexão.....	30
3.4	Conclusões parciais.....	34
4	A SEGUNDA CRISE DO ESTREITO DE TAIWAN.....	36
4.1	Ilusória paz.....	36
4.2	O início da segunda crise.....	38
4.3	A carta do primeiro-ministro Khrushchev ao presidente Eisenhower.....	41
4.4	Conclusões parciais.....	45
5	SÍNTESE – CONFRONTANDO AS DUAS CRISES.....	47
5.1	Similaridades.....	47
5.2	Singularidades.....	48
6	CONCLUSÃO.....	51
	REFERÊNCIAS.....	54
	APÊNDICES.....	56
	ANEXOS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da década de 1950, houve duas crises no estreito de Taiwan, envolvendo diretamente o continente e a ilha. No entanto, esses episódios não se limitaram apenas a China continental e Taiwan, havendo outros participantes, como os Estados Unidos da América (EUA). Devemos lembrar que tais eventos aconteceram no início do período da Guerra Fria (1947-1989), e as duas superpotências da época, quais sejam, os EUA e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), participaram em lados opostos destas crises.

A Segunda Guerra Mundial (SGM) (1939-1945) havia encerrado há poucos anos e a Ásia vivia reflexos daquele conflito, amplificados pela dicotomia entre o capitalismo e o comunismo. Dessa maneira, o leste asiático estava em ebulição, tendo sido palco da Guerra de Coreia (1950-1953), com participação direta e expressiva estadunidense, fato ocorrido pouco antes de iniciar a primeira crise do estreito de Taiwan (1954-1955). Dessa vez, os EUA estavam envolvidos em uma crise internacional político-estratégica, coligados com Taiwan, tendo do outro lado a China comunista e a ex-URSS, essa última atuando de forma bastante discreta.

Mais tarde, houve a segunda crise do estreito de Taiwan (1958), tendo a presença dos mesmos atores da primeira crise, porém, conforme veremos, a participação da ex-URSS foi mais ativa e relevante como aliada chinesa, ainda que tenha esbarrado em limitações políticas e bélicas. O fato dos EUA e da antiga União Soviética serem potências nucleares tornava aquela crise singular, mesmo com a distinção dos seus arsenais. Assim, o estudo da manobra de crise ganha importância, buscando encontrar características que contribuam com suas ações de forma a prevenir ou mesmo resolver crises, evitando o conflito armado.

Nesse contexto, analisaremos os dois eventos supracitados, com a profundidade que o trabalho nos permite, dada a premência de tempo e espaço, sob a ótica da teoria da Dinâmica da Coerção de Daniel Byman e Matthew Waxman, ressaltando a estratégia coercitiva empregada na condução das crises, em busca de uma paz vantajosa para todos.

Portanto, esta dissertação tem como propósito confrontar a teoria da Dinâmica da Coerção, com base no domínio da escalada, por atores com e sem capacidade bélica nuclear, por ocasião das crises do estreito de Taiwan, ocorridas na década de 1950.

A fim de alcançarmos esse propósito, será realizado um estudo comparativo, com base na pesquisa bibliográfica e documental, encontrando similaridades e singularidades relacionadas não só às crises, mas também aos atores participantes e a teoria de apoio destacada.

Logo, pretendemos com essa pesquisa, analisar a seguinte questão fulcral: o domínio de artefatos nucleares pelos EUA afetou a sua estratégia coercitiva, influenciando a China por ocasião das duas primeiras crises do estreito de Taiwan, ocorridas na década de 1950? Tal pergunta nos remete a pensar em outra questão acessória, qual seja, se o fato da grande assimetria combativa, principalmente nuclear, entre os EUA e qualquer outro ator, pode ter provocado algum efeito colateral político ou militar, a fim de se opor a esta força. Face ao tipo das perguntas, a pesquisa não se valeu de hipóteses para o seu desenvolvimento.

Com o fito de chegar ao destino apontado, o trabalho está organizado em seis capítulos, sendo o primeiro esta introdução, contendo o propósito da dissertação e sua estrutura. Posteriormente, o capítulo dois, trará o embasamento teórico relativo à dinâmica da coerção, proposta pelos autores Byman e Waxman, destacando a relevância do domínio da escalada.

Nos capítulos três e quatro serão detalhadas as duas crises, com o foco de indicar elementos relacionados à teoria em análise, destacando as estratégias coercitivas utilizadas, o domínio da escalada, sobretudo, militar e político, além do emprego do Poder Naval.

No capítulo cinco, será realizada a comparação dos objetos à luz da teoria de apoio, identificando similaridades e singularidades, robustecendo o último capítulo, a conclusão, onde surgirá a análise dos fatos e pretende-se responder às questões desta pesquisa.

Concluída esta introdução, no próximo capítulo, além de algumas definições supletivas, passaremos a apresentar a nossa base conceitual – a teoria da Dinâmica da Coerção.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, pretendemos apresentar algumas definições essenciais para a compreensão do presente trabalho. Assim, inicialmente e de forma abreviada, veremos o que é uma crise internacional político-estratégica, o que vem a ser uma manobra de crise e ainda o emprego do Poder Militar e do Poder Naval em situações de crise.

Por se tratar de conceitos particularmente militares, utilizaremos como referência publicações aprovadas no âmbito do Ministério da Defesa e da Marinha do Brasil, porém classificadas como ostensivas. São elas: a Doutrina Militar de Defesa (DMD) e a Doutrina Militar Naval (DMN).

Posteriormente, apresentaremos a base conceitual do nosso estudo, qual seja, a teoria da Dinâmica da Coerção. Detalharemos ainda, alguns conceitos decorrentes, como coerção e a sua divisão, a dominância da escalada, entre outros. A possibilidade do uso de armamentos nucleares, contribuindo com o domínio da escalada, será outro tema abordado neste capítulo e explorado nos demais.

Por fim, no último subitem, iremos depreender algumas conclusões parciais, buscando verificar a aplicabilidade da teoria escolhida com as crises no estreito de Taiwan.

2.1 Crise internacional político-estratégica e Manobra de crise

Antes de apresentarmos as definições mais importantes deste subitem, convém lembrarmos que, Julien Freund (1921-1993), sociólogo francês, afirmava que a política não deveria resolver problemas culturais, religiosos ou ainda oprimir a sociedade com a determinação de conceitos e valores. Além disso, proclamou que o conflito se tratava de um fenômeno inerente a toda sociedade, sendo impossível eliminá-lo de forma absoluta ou definitiva (FREUND, 1995).

Segundo a DMD, a crise internacional político-estratégica, caracterizada como um fenômeno social¹, é definida como um estágio do conflito, entre dois ou mais Estados, sendo que a provocação intencional de uma situação de tensão pretende alcançar objetivos políticos ou político-estratégicos, por meio da manipulação do risco de uma guerra, com atitudes e comportamentos que demonstram ser a situação extrema compatível com causas maiores, quase sempre veladas ou não explicitamente declaradas.

A doutrina citada no parágrafo anterior, afirma ainda que as crises internacionais político-estratégicas são classificadas como uma forma particular de conflito, se situando em uma região entre a paz e a guerra², não podendo ser caracterizada, especificamente, como nenhuma delas.

Dessa forma, cabe-nos ressaltar que a ruptura do equilíbrio entre dois ou mais atores estatais poderá causar o rompimento dessa fronteira entre a paz e a crise internacional. Assim, caso o nível de tensão continue aumentando, a situação poderá, então, extrapolar o cenário de crise e alcançar o *status* de conflito armado³.

No contexto da nossa pesquisa, em face das definições apontadas e apesar de parecer prematuro, somos capazes de afirmar que os episódios ocorridos entre a China comunista e os EUA, em apoio a Taiwan, na década de 1950, podem ser considerados como crises internacionais político-estratégicas. Aprofundaremos essa ideia mais adiante.

Logo, devemos avançar e conceituar o que vem a ser uma manobra de crise. Buscando esta definição em nossa já citada DMD, encontramos que o referido termo corresponde

¹ Fenômenos sociais decorrem da vida social e do comportamento humano em sociedade, tais como os fenômenos econômicos, demográficos, sociológicos, políticos, históricos entre outros. Uma característica dos fenômenos sociais é o fato destes serem geralmente resultado do intercâmbio entre múltiplas relações de interdependência (NUNES, 2019).

² De acordo com a DMN o termo Guerra possui as seguintes definições: **1-** *conflito* no seu grau máximo de violência. Em função da magnitude do *conflito*, pode implicar a mobilização de todo o *Poder Nacional*, com predominância da expressão militar, para impor a vontade de um ator ao outro. **2-** no sentido clássico, caracteriza um *conflito*, normalmente entre Estados, envolvendo o emprego de suas forças armadas. Desencadeia-se de forma declarada e de acordo com o Direito Internacional (BRASIL, 2017, A-16).

³ O conflito armado é amplamente entendido como um recurso utilizado por grupos politicamente organizados que empregam a violência armada para solucionar controvérsias ou impor sua vontade a outrem. Pode estar condicionado ou não aos preceitos das normas internacionais (BRASIL, 2017, 2-2).

a um processo de condução da situação, tendo por finalidade básica alcançar uma paz vantajosa, evitando que ela evolua para uma realidade indesejada, ou seja, um conflito armado.

Fica evidente que esse método é composto por diversas ações, de variados setores, como o econômico, o psicossocial, o militar, entre outros, sendo o político e o diplomático os de maior relevância, tendo em vista se tratar de um processo, ao menos inicialmente, fundamentalmente de negociações. Agora, torna-se perfeitamente visível a característica política das crises internacionais e da manipulação do risco da guerra, ganhando notoriedade a exigência que o processo seja conduzido pelo mais alto nível político do Estado.

Naturalmente, a expressão militar do Poder Nacional⁴ terá grande destaque e será empregada de forma a contribuir para a condução e a solução dos entendimentos. Dada a singularidade das situações, não raramente, haverá a necessidade de tomar decisões pautadas em avaliações imprecisas, sob forte nível de estresse, diante de consideráveis restrições temporais e com o risco de conduzir o processo para uma circunstância indesejada (BRASIL, 2007).

Dessa maneira, percebemos que na busca pelos interesses almejados, será essencial explorar a capacidade de promover perdas ao adversário, inibindo a iniciativa dele, ou ainda, proporcionando nele o desânimo em continuar qualquer atividade. Logicamente, o conjunto de ações necessário ao processo deverá ser coordenado de forma clara, fazendo com que cada nível de tomada de decisão tenha a certeza de sua responsabilidade, devendo ficar evidente as intenções no emprego da força, na defesa dos interesses em disputa.

Ainda que se trate de um processo de barganha, a paz vantajosa deve ser alcançada priorizando os objetivos nacionais, preferencialmente, sem que se extrapole a porosa fronteira entre a crise internacional político-estratégica e o conflito armado.

⁴ O Poder Nacional é a habilidade que o Estado tem para conquistar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2017, 1-1).

2.2 O emprego do Poder Militar e do Poder Naval

Antes de iniciar o subitem que tratará, especificamente, da teoria basilar do nosso estudo, acreditamos ser essencial pontuar informações sobre o Poder Militar e o Poder Naval. Assim, no decorrer de uma manobra de crise, o emprego do Poder Militar visa a pressionar o adversário, de forma a induzi-lo a mudar a sua posição favoravelmente em nosso benefício, propiciando que os objetivos políticos geradores da crise sejam alcançados (BRASIL, 2007).

Adicionalmente, a DMD menciona que de maneira complementar às relações políticas entre os Estados, o Poder Militar, através do emprego de meios, busca dissuadir o oponente, mostrando a real disposição na defesa de seus interesses. Vale lembrar que as ações militares precisarão estar limitadas ao que for identificado e estabelecido no nível político, coadunando, assim, com as suas diretrizes.

Dessa maneira, percebemos que apesar de todas as expressões do Poder Nacional serem utilizadas em uma manobra de crise, talvez duas delas tenham uma relevância preponderante – a política e a militar. A primeira, devido ao fato de tratar-se de um processo de solução de crises, essencialmente, em busca de um acordo internacional, com decisivas ações diplomáticas. E a segunda, pelo motivo de persuadir o desenrolar e o resultado das negociações em curso, corroborando como fator dissuasório, devendo haver, obrigatoriamente, um controle eficaz de todas as ações militares. Logo, podemos afirmar que a coordenação inadequada entre esses dois fatores – político e militar – poderá prejudicar, consideravelmente, a condução de uma manobra de crise, provocando resultados indesejáveis e até desastrosos.

Quando focamos, em especial, no Poder Naval, observamos que as suas características básicas⁵ proporcionam circunstâncias extremamente favoráveis para que seja um efe-

⁵ O emprego das Marinhas em ocasiões de crise tem se pautado devido a algumas características peculiares a esta Força, como por exemplo: a flexibilidade, a versatilidade, a mobilidade, a prontidão, além de outras, como, as capacidades de projeção, permanência e operação em espaço internacional, e ainda a representatividade (BRASIL, 2017, 1-5).

tivo instrumento de força, apoiando a política externa, na definição e na consecução dos objetivos nacionais. Assim, em uma situação de crise, o Poder Naval pode ser empregado de várias maneiras em apoio à política externa como um recurso da diplomacia (TILL, 2009).

Diante de tantas possibilidades, Eric Grove (1948-2021), destaca que, no emprego do Poder Naval, as funções das Marinhas⁶ não são isoladas e devem ser tratadas como se fossem interligadas, podendo ocorrer simultaneamente ou sequencialmente. Além disso, a chance de uma determinada operação evoluir para o cumprimento de uma outra, associada à capacidade de uma força naval executar várias tarefas, reforçam uma das características mais visíveis de toda esquadra – a versatilidade (BRASIL, 2017).

O processo dinâmico com que as forças militares participam das manobras de crise, contribui com todo o jogo de barganha. Assim, percebemos que o perfil de emprego das forças faz com que o oponente avalie se os custos projetados naquele cenário compensam as estimativas de ganhos, levando-o a não iniciar ou ainda a cessar determinada ação em curso (BRASIL, 2007). Podemos dizer que o uso das forças militares visa ao efeito dissuasório.

Assim, neste estágio entre a paz e o conflito armado, constatamos que as partes envolvidas realizam frequentes e cuidadosas reavaliações, permitindo escolher procedimentos para obter a solução desejada da contenda, a partir do emprego criterioso e gradual do Poder Naval, motivo pelo qual diversos Estados têm usado suas Marinhas em situações de crise.

A seguir, apresentaremos a teoria da Dinâmica da Coerção, proposta por Byman e Waxman (2001), analisando elementos como a dominância ou o domínio da escalada, que ganhará destaque em nossa pesquisa, e os pontos de pressão do adversário, menos explorados em nosso trabalho, parâmetros citados por ocasião da teoria escolhida para o nosso estudo.

⁶ Segundo Eric Grove, as Marinhas possuem as funções Diplomática, Policial e Militar. Essa última, Grove subdividiu em outras três. São elas: a Projeção de Poder sobre Terra; o Controle Marítimo; e a Negação do Mar (GROVE, 1990).

2.3 A teoria da Dinâmica da Coerção

Conforme exposto no livro “A Dinâmica da Coerção”⁷, os autores Daniel Byman e Matthew Waxman procuraram examinar o emprego de força militar limitada e outros meios de influenciar adversários. Byman e Waxman (2001) analisaram quando a força limitada pode ou não funcionar, inclusive por potências menores. Na nossa pesquisa, nos limitaremos aos tópicos diretamente relacionados com a coerção e as suas divisões, incluindo a dissuasão, além do conceito-chave sobre dominância da escalada. Começaremos então pela definição de coerção, tendo os autores assim descrito:

Coerção não significa destruição. Estratégias coercitivas são mais bem sucedidas quando as ameaças não precisam ser materializadas. Embora alguma destruição geralmente faça parte da coerção, a coerção tem sucesso quando o adversário cede enquanto ainda tem poder para resistir (BYMAN; WAXMAN, 2001, p. 3, tradução nossa)⁸.

De maneira a facilitar o entendimento da definição supramencionada, podemos compará-la com o antagônico termo citado por Thomas Schelling – a força bruta. Assim, a força bruta tem sucesso quando é usada, ao passo que o poder de ferir tem mais sucesso quando mantido em reserva. É a ameaça de dano, ou da ocorrência de mais dano, que pode fazer alguém ceder ou concordar (SCHELLING, 1966).

O emprego da força bruta seria o nível mais alto da violência para obter o convencimento do adversário, porém ele reduz significativamente as suas opções, ou seja, o oponente não poderá barganhar por uma paz vantajosa, sendo conduzido, na maior parte das vezes, para um conflito armado. Percebemos, então, de acordo com os conceitos analisados até aqui, que o nível exacerbado de violência utilizado com a força bruta impede o escalonamento das negociações e, conseqüentemente, a condução adequada de uma manobra de crise.

Embora seja um termo comumente empregado, *coerção* carece de uma definição

⁷ Título original: “*The Dynamics of Coercion: American Foreign Policy and the Limits of Military Might*”.

⁸ No original: “*Coercion is not destruction. Coercive strategies are most successful when threats need not even be carried out. Although some destruction is often part of coercion, coercion succeeds when the adversary gives in while it still has the power to resist.*”

consensual plena. Uma forma de defini-la seria como o uso de força ameaçada e, às vezes, o uso limitado da força real para apoiar a ameaça, a fim de induzir o adversário a se comportar de maneira diferente de como faria. Resumidamente, coerção consiste em manipular as escolhas políticas e as tomadas de decisões de um adversário (BYMAN; WAXMAN, 2001).

Ainda que esta definição seja bem compreendida por quem for aplicá-la, é essencial saber distinguir a sua subdivisão. Então os autores desmembraram o termo coerção nas expressões *compelir* e *dissuadir*⁹, conforme delineado a seguir:

Compelir envolve os esforços para reverter uma ação que já tenha ocorrido ou para alterar o *status quo*, tal como expulsar um agressor que tenha acabado de conquistar um território ou convencer um Estado de não avançar em programas de proliferação de armas nucleares. A dissuasão, ao contrário, envolve a tentativa de prevenir que uma ação ainda não materializada aconteça, tal como desestimular um agressor a conquistar um Estado vizinho ou convencer um país que deseje possuir armas nucleares a abandonar essa intenção (BYMAN; WAXMAN, 2001, p. 6, tradução nossa)¹⁰.

Dessa forma, nas duas situações, pode haver o emprego em pequena escala ou limitada da força, ou apenas a sua ameaça. No entanto, é possível perceber uma diferença clara quanto ao *status quo* pretendido. Assim, a partir do ato de *compelir*, intenciona-se alterar o *status quo* do oponente, no intuito de reverter determinada ação que já tenha ocorrido, ou ainda, modificar o comportamento do adversário. Já no ato de *dissuadir*, contrariamente, procura-se manter o *status quo* rival, coibindo que uma ação ainda não realizada venha a acontecer.

Apesar da visível oposição entre alterar e manter o *status quo* desejado, na prática, Byman e Waxman (2001) destacam a dificuldade de separar os níveis de ameaça e de discernir os dois tipos de estratégias, aquele que visa a *compelir* e aquele que visa a *dissuadir* o oponente. Eles chamam a atenção ainda para a íntima relação entre esses fenômenos, frisando que ambas as ações utilizam a ameaça de força para manipular as decisões tomadas pelo ad-

⁹ As expressões originais empregadas pelos autores são: *compellence* e *deterrence*.

¹⁰ No original: “*Compellence involves attempts to reverse an action that has already occurred or otherwise overturn the status quo, such as evicting an aggressor from territory it has just conquered or convincing a proliferating state to abandon its nuclear weapons programs. Deterrence, in contrast, involves attempts to prevent an as yet unmaterialized action from occurring in the first place, such as dissuading an aggressor from trying to conquer a neighboring state or convincing a country that desires nuclear weapons not to seek them.*”.

versário.

Além do mais, os autores acrescentam que os incentivos¹¹ podem diminuir os custos políticos da capitulação de um opositor. Adicionalmente, quando empregada a associação desses incentivos com as formas de coerção mais tradicionais, é possível aumentar a probabilidade de ocorrer a resolução da disputa em evidência.

Ademais, é importante destacar que a coerção é difícil de ser medida. O que significa dizer que uma estratégia coercitiva foi bem-sucedida? Se um adversário cede diante de uma ameaça, poderíamos afirmar que tal fato não aconteceria se não houvesse a coerção? E se o oponente ceder a apenas algumas das exigências e não a todas, a coerção foi eficaz? Apesar de muitos estudos sobre essas questões terem tentado simplificá-las, é difícil alcançar uma resposta categórica e suficiente (BYMAN; WAXMAN, 2001).

Convém lembrar que a coerção é uma competição dinâmica, uma espécie de processo de desafios e respostas em que os atores, constantemente, evoluem e modificam o ambiente durante o curso da crise, se moldando e transformando o processo em um jogo dinâmico (BYMAN; WAXMAN, 2001).

Logo, verificamos que a difícil mensuração da coerção aliada ao seu dinamismo adaptativo, proporcionam constantes mudanças de paradigmas fazendo com que as ações militares necessitem de sucessivos ajustes, eventualmente, acrescidos de algum incentivo. Assim, os autores exemplificam com a vitória na Guerra do Golfo, em 1991, conforme abaixo:

Os anos imediatamente após o fim da Guerra Fria - e a vitória militar esmagadora da coalizão liderada pelos EUA na Guerra do Golfo de 1991 - viram uma mudança no foco dos estudos sobre coerção, incluindo uma mudança das ameaças nucleares para o poder aéreo e sanções econômicas como ferramentas coercitivas (BYMAN; WAXMAN, 2001, p. 16, tradução nossa)¹².

¹¹ O texto cita, inicialmente, sobre os incentivos de forma genérica. No entanto, podemos depreender que seriam tipos de “mecanismos” de caráter político, social e, inclusive, fiscal/ econômico, que pudessem motivar a outra parte a tomar determinada ação.

¹² No original: “*The years immediately following the end of the Cold War - and the U.S.-led coalition's overwhelming military victory in the 1991 Gulf War - saw a change in the focus of scholarship on coercion, including a shift from nuclear threats to air power and economic sanctions as coercive tools.*”

Ainda tratando sobre a natureza dinâmica da coerção, dois fatores importantes são apontados e merecem atenção. O primeiro destaca que o sucesso da coerção depende de se descobrir e ameaçar os chamados pontos de pressão do adversário. Pode-se dizer que são áreas, ou mesmo valores, que não podem ser guardadas de forma impenetrável pelo oponente, sendo identificadas como um fator extremamente sensível para ele. Além desse, um segundo item é levantado, reforçando a sua necessidade para se conseguir obter o sucesso da coerção. Nos referimos a dominância da escalada, fator que será bastante explorado em nossa pesquisa. Assim, as ameaças coercitivas têm mais probabilidade de atingir o sucesso quando quem as realiza detém essa dominância da escalada, podendo ser definida como a habilidade de aumentar os custos da ameaça ao rival enquanto nega a esse mesmo rival a oportunidade de neutralizar esses custos ou ainda de contra-atacar (BYMAN; WAXMAN, 2001).

Em vista do que foi citado, compreendemos que, de acordo com esses dois conceitos – pontos de pressão e dominância da escalada –, uma estratégia de coerção poderá ser estabelecida, permitindo pressionar o adversário continuamente, influenciando as suas escolhas e decisões, de forma a conseguir alcançar o *status quo* pretendido. Assim, é importante detalhar cada um desses fatores, contribuindo com o seu domínio e posterior emprego.

Por conseguinte, apesar da nossa pesquisa atribuir maior atenção ao domínio da escalada, citaremos brevemente o entendimento dos autores sobre o conceito de pontos de pressão. Assim, Byman e Waxman (2001) destacam que são aqueles pontos mais sensíveis e que podem efetivamente ser ameaçados pelo agente da coerção. Dessa forma, deve-se procurar identificá-los no adversário e atuar sobre eles.

Convém ressaltar que o agente da coerção provavelmente enfrentará grandes dificuldades ao tentar atingir esses pontos, tendo em vista se tratar de interesses essenciais do opositor. Naturalmente, eles serão cuidados com maior afincamento, empregando os melhores equipamentos para proteção. A identificação de características desses pontos de pressão, como a

suscetibilidade¹³ e a vulnerabilidade¹⁴, poderá contribuir na escolha de ações mais adequadas por parte do agente coercitivo (BYMAN; WAXMAN, 2001).

Em se tratando de uma manobra de crise, caso particular da nossa pesquisa, realizar uma ação compreendendo perfeitamente os melhores pontos a serem atingidos, além de conhecer as suscetibilidades e as vulnerabilidades do oponente é um relevante diferencial. Apesar dos manuais e livros não comportarem a complexidade das ações reais, certamente as informações bem colhidas e administradas favorecerão ao decisor.

Passemos então para o detalhamento do fator essencial para o nosso trabalho e, igualmente importante para colaborar com o sucesso da coerção, qual seja, o domínio da escalada. Apesar de já termos adiantado a visão geral deste fator, buscaremos agora examiná-lo mais detalhadamente. Portanto, Byman e Waxman (2001) destinaram um item específico para tratar sobre o domínio da escalada e assim disseram:

Mais precisamente, é através das percepções das partes envolvidas que o agente da coerção pode alcançar o domínio da escalada, que faz com que as estratégias coercitivas tenham sucesso. O domínio de escalada é mais do que apenas uma habilidade absoluta de infligir custos maiores a um adversário do que este pode infligir em resposta. Em vez disso, o domínio da escalada requer uma preponderância que seja relevante para todas as formas possíveis de escalada: não importa onde o adversário tenha escolhido aumentar a pressão, o agente da coerção é sempre capaz de superar o adversário nessa área (BYMAN; WAXMAN, 2001, p. 38-39, tradução nossa)¹⁵.

Dessa forma, é importante destacar que para ocorrer o domínio da escalada, há necessidade de uma superioridade expressiva nos mais diversos aspectos componentes de uma crise. Assim, podemos inferir que o ator que tiver esse domínio da escalada, terá a capacidade de controlar as peças do tabuleiro, impondo suas vontades e, na maior parte das vezes, ditando as regras. Ainda que o rival tente alternar o ponto de contato, o agente da coerção irá superá-

¹³ A suscetibilidade é uma característica que revela quando determinada pressão coercitiva aplicada é capaz de gerar um impacto significativo no ponto de pressão do adversário.

¹⁴ A vulnerabilidade é uma característica externa ao ponto de pressão e diz respeito à possibilidade ou não dele ser ameaçado.

¹⁵ No original: “*More precisely, it is through the parties’ perceptions that the coercer can achieve the escalation dominance that enables coercive strategies to succeed. Escalation dominance is more than just an absolute ability to inflict more costs on an adversary than the adversary can inflict in return. Rather, it requires a preponderance that is relevant to every form of possible escalation: no matter where the adversary choose to increase pressure, the coercer is always able to overwhelm the adversary in that area.*”

lo. Ademais, torna-se imperioso, sempre que possível, acompanhar o processo de tomada de decisão do oponente, observando as mudanças de qualquer ordem que possam acontecer.

Oportuno citar ainda que o domínio da escalada possui três aspectos de interesse. São eles: o efeito cumulativo; a sustentabilidade; e a variação do esforço coercitivo. O primeiro refere-se ao fato de o agente da coerção imprimir níveis de violência menores, porém constantes, levando em consideração que a associação dessas ações produzirá efeitos maiores no processo de decisão do oponente. O segundo corresponde ao período em que certa ação pode ser aplicada, cabendo ressaltar a necessidade de credibilidade na capacidade deste agente. E o terceiro aspecto diz respeito à forma decrescente, constante ou crescente da aplicação da pressão coercitiva, variando de acordo com os atores envolvidos e se a intenção é distender, estabilizar ou escalar a crise (BYMAN; WAXMAN, 2001).

Podemos observar que Byman e Waxman (2001) não limitam a sua teoria somente ao modelo de coerção convencional, sendo também adequada para situações com a alternativa de emprego do poderio bélico nuclear. Logo, seja pelo uso ou apenas pela ameaça de empregá-las, as armas nucleares se convertem em um notável fator de força no dinâmico jogo da coerção, mormente quanto ao aspecto do domínio da escalada. Como exemplo, podemos citar a possibilidade real do uso de armas nucleares durante a Guerra da Coreia, reforçada pela credibilidade na capacidade de ameaçar o inimigo, contribuiu para o sucesso da coerção estadunidense.

2.4 Conclusões Parciais

Neste capítulo, procuramos apresentar as definições de crise internacional político-estratégica e manobra de crise, de forma a nos qualificar suficientemente para confirmar que as situações ocorridas no estreito de Taiwan se classificam como crises político-estratégicas e que foram administradas por meio de manobras de crise, evitando romper a

fronteira entre a crise e o conflito armado e em busca de uma paz vantajosa para as partes.

Depois, ao explicar sobre o emprego do Poder Militar, destacamos que ele busca pressionar o oponente, normalmente, através dos meios militares utilizados e que as suas ações devem estar alinhadas com aquilo que for definido pelo nível político.

Após, falamos do Poder Naval, onde ficou claro que devido às características dos seus meios, trata-se de um instrumento essencial no apoio à política externa. As ações das forças navais contribuem com o dinamismo do processo, exigindo o seu emprego criterioso e gradual.

Por fim, apresentamos a teoria da Dinâmica da Coerção, citando que uma boa estratégia coercitiva não precisa materializar as suas ameaças, dando ao adversário a oportunidade de ceder enquanto pode. Portanto, ficou evidente também que a coerção pode ser resumida como sendo a manipulação das escolhas e das tomadas de decisões do oponente, surgindo a sua divisão em duas modalidades, a de compelir, alterando o *status quo* rival, e a de dissuadir, mantendo o *status quo* rival.

Outros fatores foram dissecados e serão fundamentais para o desenvolvimento da nossa pesquisa, como por exemplo o *domínio da escalada*. Além deste, o termo *pontos de pressão* também foi analisado e contribuirá com esta dissertação. Aliados, nos proporcionarão avaliar se o domínio de artefatos nucleares pode ter afetado o grau de coerção empregado pelos atores durante as crises do estreito de Taiwan.

Dessa maneira, no próximo capítulo, buscaremos identificar se houve alguma relação entre o domínio de armamento nuclear por parte dos EUA e o desfecho da crise do estreito de Taiwan, ocorrida entre 1954 e 1955.

3 A PRIMEIRA CRISE DO ESTREITO DE TAIWAN

Neste capítulo, faremos a descrição da crise ocorrida no estreito de Taiwan entre os anos de 1954 e 1955. O nosso objetivo é identificar acontecimentos que permearam as situações em questão, de forma a nos ajudar a enquadrá-los como fatores contribuintes relacionados ao domínio da escalada e também aos pontos de pressão, conforme apontados na teoria de Byman e Waxman (2001), colaborando assim para respondermos ao questionamento realizado no início da pesquisa.

Acreditamos ser necessário a escrituração de um breve relato dos antecedentes históricos que margearam o início da crise, mesmo que de maneira não aprofundada, possibilitando visualizarmos os motivos que levaram e ainda continuam contribuindo para esta disputa estratégica regional, causando décadas de turbulência entre os países envolvidos e, ocasionalmente, reverberando para os seus vizinhos. Visando a não estender demasiadamente, focaremos em aspectos recentes, abordando os fatores mais relevantes ocorridos a partir do final do século XIX.

3.1 Antecedentes históricos

O estreito de Taiwan, com aproximadamente 160 quilômetros de largura, separa parte da costa leste da China continental da costa oeste de Taiwan. Em virtude de sua longa história, a ilha já pertenceu a vários países. Tal fato se deve a sua grande importância estratégica, tendo sido disputada muitas vezes ao longo dos séculos (ELLEMAN, 2013).

Mais recentemente, como resultado da primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), a China renunciou a Taiwan para o Japão, após a assinatura do Tratado de Shimono-

seki¹⁶, em 1895. Depois de cinquenta anos de dominação sobre Taiwan, o Japão, em razão da sua rendição em 1945, declinou a soberania que tinha sobre a ilha Formosa, como também é conhecida. Entretanto, essa abdicação, formalizada através da assinatura do Tratado de Paz de São Francisco, em 1951, não deixou claro se Taiwan voltaria a pertencer a República Popular da China (RPC) ou se a República da China (RC) deveria assumir a soberania, se tornando independente (ELLEMAN, 2013).

No entanto, imediatamente após o fim da SGM, a guerra civil foi reiniciada na China e em 1949, com a derrota militar do Kuomintang¹⁷ (KMT), pelo Partido Comunista Chinês (PCC), Mao Tse-Tung¹⁸ (1893-1976) assumiu o poder em Pequim. No início de outubro do mesmo ano, os comunistas criaram a RPC, enquanto o governo nacionalista se retirou para a segurança da ilha de Taiwan. Chiang Kai-shek¹⁹ (1887-1975) e seus conselheiros mudaram-se completamente para a ilha apenas no início de dezembro de 1949. Neste mesmo período, Chiang proclamou que a capital da RC seria, temporariamente, Taiwan, afirmando ainda que o seu governo era a única autoridade legítima em toda a China. De forma semelhante, Mao fazia a mesma afirmação em relação ao seu partido (ELLEMAN, 2013).

Contudo, aquela vitória do PC não era esperada pelos EUA, fato este que gerou alguns efeitos, como o pronunciamento do presidente Harry S. Truman (1884-1972), em uma coletiva de imprensa, no dia 05 de janeiro de 1950. Na ocasião, Truman afirmou que o seu governo não forneceria ajuda militar ou conselhos para as forças chinesas em Formosa. Em

¹⁶ O Tratado de Shimonoseki foi assinado pelos chineses e japoneses, em 1895, como resultado da primeira Guerra Sino-Japonesa deflagrada pelo direito de controle da Coreia. A vantagem dos japoneses fez com que os chineses fossem forçados a assinar o tratado de paz, no porto japonês de Shimonoseki, na ilha de Honshu, tornando assim a Coreia um protetorado japonês e obrigando à cessão, por parte da China, de Taiwan, da Península de Liaodong e das Ilhas Pescadores, além do pagamento de uma indenização (KISSINGER, 2012).

¹⁷ KMT, também conhecido como Partido Nacionalista Chinês, é o partido político que historicamente tem sido governante da República da China (RC) (KISSINGER, 2012).

¹⁸ Mao Tse-Tung foi um político, teórico, líder comunista e revolucionário chinês. Liderou a Revolução Chinesa e foi o arquiteto e fundador da República Popular da China, governando o país desde a sua criação em 1949 até sua morte em 1976 (TERRILL, 1980).

¹⁹ Chiang Kai-shek foi um político e militar chinês que serviu como Presidente da República da China, de forma intermitente, de 1928 a 1949, e depois de Taiwan, de 1950 a 1975. Ele foi reconhecido como legítimo governante de toda a China até 1971, ocasião em que as Nações Unidas adotaram a resolução 2758, reconhecendo oficialmente a RPC como único representante legítimo da China perante as Nações Unidas (ONION; SULLIVAN; MULLER, 2018).

outras palavras, a América do Norte não se envolveria na disputa do estreito de Taiwan e não interviria se os chineses comunistas atacassem os chineses nacionalistas (KISSINGER, 2012).

Em abril de 1950, o Conselho de Segurança Nacional dos EUA, por meio do relatório número 68 (NSC-68), definiu que o anticomunismo seria uma prática, funcionando como pilar da hegemonia do país, atuando através do fortalecimento militar massivo e buscando reduzir o poder e a influência soviéticos, ou seja, tratava-se da política de contenção estadunidense. O relatório ressaltou ainda a importância de desenvolver um nível de prontidão militar suficiente para se opor a qualquer agressão originária da ex-URSS, tendo a preocupação de que as ações militares realizadas estivessem amparadas em protocolos políticos (EUA, 1950).

Outro relevante acontecimento marcou aquele ano. Foi em 25 de junho, quando teve início a Guerra da Coreia (1950-1953) e, contrariamente ao que havia declarado, o presidente Truman resolveu intervir, enviando a Sétima Frota dos EUA para o estreito de Taiwan, em resposta ao ataque da Coreia do Norte ao Sul. No entanto, as preocupações com aquele combate recém iniciado eram outras, como Tucker (2005) destaca no excerto abaixo:

Truman e seus conselheiros temiam que o conflito coreano proporcionasse um desvio durante o qual os chineses comunistas tentariam conquistar as ilhas no alto mar que permaneceram nas mãos dos chineses nacionalistas e, em seguida, atacariam Taiwan para desalojar e derrotar as tropas sobreviventes de Chiang Kai-shek (TUCKER, 2005, p. 188, tradução nossa)²⁰.

Apesar do impasse gerado entre o seu pronunciamento e as suas ações, Truman tinha o objetivo de evitar que ações entre nacionalistas e comunistas fossem realizadas e que pudessem dessa forma estender a guerra além da península coreana (TUCKER, 2005).

O emprego do Poder Naval estadunidense, naquela ocasião, visava a neutralizar o estreito de Taiwan, impedindo que a RPC aproveitasse o caos e a confusão para invadir Formosa, bem como que os nacionalistas realizassem ataques ao continente chinês. Foi criada então a Força de Patrulha de Taiwan (FPT), que apesar de possuir uma missão teoricamente

²⁰ No original: “Truman and his advisers feared the Korean conflict would provide a diversion during which the Communist Chinese would try to conquer the offshore islands that remained in Nationalist Chinese hands and then attack Taiwan to dislodge and defeat Chiang Kai-shek’s surviving troops.”

neutra, apoiava as forças da China nacionalista²¹, gerando, inclusive, a condenação dessa postura por parte da RPC, tendo exigido a retirada da Sétima Frota (ELLEMAN, 2012).

Mesmo que sucintos, os fatores citados nessa primeira parte nos ajudam a compreender a complexa trama de elementos que tem provocado os inúmeros desentendimentos ao longo de tantas décadas. No próximo subitem, apresentaremos fatores que influenciaram rigorosamente no início da crise, alguns pontos históricos diretamente relacionados, além da contextualização necessária.

3.2 O início da crise

No verão de 1953, o conflito coreano havia terminado em um aparente impasse, tendo sido quebrado com as negociações e consequente assinatura do armistício em 27 de julho. Logo em seguida, a RPC começou a transferir suas tropas que estavam no Norte para o Sul. Paulatinamente, as tensões começaram a aumentar ao longo desta região, em particular no estreito de Taiwan, onde a instabilidade era singular (ELLEMAN, 2012).

Assim, a situação que já era complexa ficou ainda mais difícil quando Truman foi sucedido por Dwight D. Eisenhower (1890-1969) na presidência dos EUA, a partir de janeiro de 1953. Em discurso realizado em 02 de fevereiro de 1953, Eisenhower comunicou que a Sétima Frota não patrulharia mais as águas do estreito de Taiwan. No seu entendimento, a presença da Marinha estadunidense naquela região estava evitando que ocorressem ataques em ambas as direções, servindo, por assim dizer, de arma defensiva para a China comunista. No sentido oposto, não estava havendo a mesma consideração das tropas chinesas em relação às forças dos EUA, na Guerra da Coreia. Com a decisão da retirada dos navios estadunidenses daquela região, as ilhas Quemoy e Matsu precisariam de reforços de tropas e equipamentos militares (KISSINGER, 2012).

²¹ Durante o início dos anos 1950, a Marinha dos EUA e outros representantes militares ajudaram a equipar a Marinha e a Força Aérea de Taiwan para conduzir um bloqueio mais eficaz (ELLEMAN, 2012).

Dessa maneira, durante o mês de agosto de 1954, Chiang Kai-shek ordenou a movimentação de grande número de tropas, enviando cerca de 58.000 homens para a ilha de Quemoy e 15.000, para a ilha de Matsu, ambas localizadas próximas à costa da China comunista (FIG. 1, ANEXO A). Contribuindo para a escalada das tensões, no dia 11 do mesmo mês, Zhou Enlai²² (1898-1976) declarou que a RPC tinha que libertar Taiwan. Posteriormente, em 3 de setembro, sob a liderança do Presidente Mao Tse-Tung, foi lançado um bombardeio²³ maciço de artilharia nas ilhas Quemoy e Matsu controladas pelos Nacionalistas, desencadeando a Primeira Crise do estreito de Taiwan (HUEI, 2019).

O ataque orquestrado por Pequim provocou o regresso de três porta-aviões dos EUA para as imediações do estreito de Taiwan e fez com que Washington aprovasse que as forças nacionalistas revidassem com ataques aéreos e da artilharia em direção à China continental. Em paralelo, foi iniciada a confecção de planos para um possível emprego de armas nucleares contra a China caso houvesse a escalada da crise. Ao menos inicialmente, Eisenhower não consentia essa ideia, tendo apresentado uma proposta de cessar-fogo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) (KISSINGER, 2012).

Apesar da situação criada, não havia nenhum objetivo político óbvio envolvendo os dois países. Tanto os EUA, quanto a China escolheram manobrar em direção a regras que impedissem o confronto militar entre eles. A solução foi a “coexistência combativa”, não a guerra. Aliado a isto, ratificando o apoio entre Washington e Taipei, em 23 de novembro de 1954, o Secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles (1888-1959) e o embaixador taiwanês nos EUA rubricaram o texto do tratado de defesa que há muito tempo estava sendo planejado entre os países. No entanto, esse tratado se limitava apenas a Taiwan e as Ilhas Pes-

²² Zhou Enlai foi primeiro-ministro da RPC, atuando como chefe de governo entre outubro de 1949 e janeiro de 1976. Foi um notável líder do PCC, sendo uma das pessoas mais próximas do Presidente Mao Tse-Tung, além de personagem crucial na ascensão e consolidação do Partido Comunista no poder. Competente diplomata, conduziu o Ministério das Relações Exteriores da China de 1949 a 1958 (PLETCHER, 2021).

²³ O bombardeio realizado acabou matando dois conselheiros americanos: o Tenente-Coronel Alfred Mendendorp e o Tenente-Coronel Frank W. Lynn (ELLEMAN, 2012).

cadores²⁴, não fazendo menção a Quemoy, Matsu e outros territórios localizados próximos ao continente chinês. Assim, a postura estadunidense ambígua deixava em aberto a definição sobre outros territórios que, eventualmente, pudessem ser apoiados caso houvesse uma concordância mútua (KISSINGER, 2012).

Dias depois, em 02 de dezembro, o Tratado de Defesa Mútua (TDM) foi assinado, formalizando que a garantia de segurança dada pelos EUA também poderia ser aplicada a outros territórios, adiando a decisão sobre quais ilhas seriam incluídas nessa proteção. Porém, nos meses de dezembro de 1954 e janeiro de 1955, a situação no estreito continuou se agravando com a RPC realizando ataques e invasões, aproveitando-se da lacuna deixada pelo TDM no tocante às ilhas próximas de sua costa (ELLEMAN, 2012).

Em janeiro de 1955, a *People's Liberation Army Navy* (PLAN), ou Marinha do Exército Popular de Libertação, tomou as ilhas Yijiangshan, localizadas ao norte de Taiwan e próximas à costa da China (FIG. 2, ANEXO B), forçando as tropas nacionalistas a se retirarem da vizinha ilha Dachen. Isso significou que a ilha Matsu passou a ser o posto avançado dos nacionalistas situado mais ao norte (ELLEMAN, 2013).

Consequentemente, fruto da explícita ampliação das tensões, Eisenhower solicitou ao congresso que lhe concedesse poderes especiais para empregar as forças norte-americanas em defesa de Taiwan. Como efeito, em 29 de janeiro, a Resolução Formosa foi aprovada pelo Congresso e, em 09 de fevereiro, pelo Senado. A partir de então, o presidente estadunidense poderia autorizar ações mais enérgicas, a fim de garantir a proteção da China nacionalista. A crise escalava mais um degrau (ELLEMAN, 2012).

Conforme citado anteriormente, podemos afirmar que nem os EUA, nem a RPC queriam a eclosão de uma guerra entre seus países. A assinatura do TDM formalizou uma espécie de abordagem dupla realizada pelos norte-americanos, dissuadindo os outros dois

²⁴ As Ilhas Pescadores são um grande grupo de ilhas composto por 90 pequenas ilhas, cobrindo uma área de 141 quilômetros quadrados, localizadas a cerca de 25 milhas da costa oeste de Taiwan, no estreito de Taiwan (FIG. 1, ANEXO A) (KISSINGER, 2012).

atores envolvidos na crise. Assim, a essência do Tratado era, na verdade, defensiva e não ofensiva. Seu objetivo era prevenir que uma ação fosse empreendida, mantendo o *status quo* daquela situação, ou seja, dissuadir a suposta libertação de Taiwan, pretendida pela China comunista, e ao mesmo tempo, também dissuadir possíveis ações militares por parte da China nacionalista, conforme pretendia Chiang Kai-shek.

Apesar de proibir que seus Comandantes atacassem as forças norte-americanas, o líder chinês fazia questão de mostrar que não temia as ameaças do emprego de armas nucleares. Assim, conforme destacado por Kissinger (2012), em 28 de janeiro de 1955, durante o encontro com o novo embaixador finlandês na China, Mao Tse-Tung afirmou que “O povo chinês não deve ser intimidado pela chantagem atômica dos EUA. [...] Os Estados Unidos não podem aniquilar a nação chinesa com sua pequena pilha de bombas atômicas”²⁵.

No final das contas, este discurso não trouxe grande efeito sobre os EUA. Em contrapartida, a antiga União Soviética foi colocada em um impasse entre apoiar a China comunista em uma ação sem interesse estratégico para o seu país, e se envolver em um possível conflito nuclear com seu antagonista ocidental. Na realidade, nenhum dos três Estados tinham qualquer interesse estratégico sobre as ilhas em disputa (KISSINGER, 2012).

Dessa forma, a crise continuava avançando e a incerteza de onde ela poderia chegar também. Então, o primeiro-ministro britânico Winston Churchill (1874-1965) enviou uma carta para Eisenhower, em 15 de fevereiro, dizendo que o líder da China nacionalista merecia a proteção que os EUA estavam proporcionando, porém, nada justificava que as forças norte-americanas participassem de ações mais ofensivas para defender aquelas ilhas em contenda. Churchill usou, simbolicamente, as expressões “escudo e espada” para descrever essa ideia ao seu aliado estadunidense. Na carta, o primeiro-ministro inglês aconselhou ainda que não fossem empregadas armas nucleares em defesa de Quemoy e Matsu (HUEI, 2019).

²⁵ No original: “*The Chinese people are not to be cowed by U.S. atomic blackmail. [...] The United States cannot annihilate the Chinese nation with its small stack of atom bombs.*” (TSE-TUNG, 1977).

Assim, somos capazes de perceber que o aumento das tensões no estreito e a forma como a crise parecia caminhar para um conflito armado era bastante visível. A movimentação de tropas para as ilhas, o bombardeio de Quemoy e Matsu, o emprego da Sétima Frota, a criação de uma Força de Patrulha, a assinatura de um tratado de defesa, tudo isso contribuiu fortemente para a escalada de uma crise sem evidentes objetivos estratégicos.

Até aqui, em sua maioria, as estratégias coercitivas empregadas foram de dissuasão, tentando prevenir uma ação que ainda não havia se materializado. Os EUA foram os que mais a utilizaram. No entanto, devido a evolução da situação, outro tipo de coerção seria necessário. Paralelamente, observamos também um incremento de um fator importantíssimo para o sucesso desta estratégia, o domínio da escalada. Podemos destacar, por exemplo, a confecção de planos para o uso do poderio bélico nuclear, a aproximação com o CSNU após a entrega de um cessar-fogo, além da aprovação da Resolução Formosa pelo Congresso norte-americano. A crise observaria a partir de agora, uma mudança de postura em seus atores, motivada destacadamente pela intimidação bélica nuclear. É o que veremos no próximo subitem.

3.3 O ponto de inflexão

Mesmo sabendo da extraordinária superioridade militar dos EUA em relação à RPC, o presidente norte-americano e o seu Secretário de Estado não estavam interessados em testar a relutância do líder chinês sobre um conflito atômico. No entanto, da mesma forma, eles não queriam renunciar às suas convicções alusivas aos interesses pátrios, sendo necessário estabelecer uma estratégia de coerção que pudesse pressionar as escolhas e decisões de Mao Tse-Tung. De forma bastante semelhante a definição de dominância da escalada, vista ao longo do nosso capítulo teórico, Henry Kissinger (2012) assim pontuou sobre o gerenciamento de crises e exemplificou:

A arte do gerenciamento de crises consiste em aumentar as apostas até um ponto em que o adversário não acompanhará, mas de uma maneira que evite o contra-ataque semelhante. Com base nesse princípio, Dulles, em uma entrevista coletiva em 15 de março de 1955, anunciou que os Estados Unidos estavam preparados para enfrentar qualquer nova grande ofensiva Comunista com armas nucleares táticas, que a China não possuía (KISSINGER, 2012, p. 156, tradução nossa)²⁶.

No dia seguinte, Eisenhower confirmou o aviso dado por seu Secretário de Estado, ressaltando ainda que ele não via nenhuma justificativa para que não fossem empregadas armas nucleares táticas na crise que ora encontrava-se em escalada, contanto que a população civil fosse poupada de qualquer perigo. O líder estadunidense acrescentou ainda sobre como seria o uso dos artefatos atômicos: “exatamente como você usaria um projétil ou qualquer outra coisa”²⁷. Apesar da suposta naturalidade em seu discurso, foi a primeira vez que um presidente norte-americano ameaçou fazer uso especificamente de armas nucleares durante uma situação de crise (KISSINGER, 2012).

Portanto, percebemos, que esta competição acabara de ganhar um componente coercitivo substancial do lado ocidental, o que afetaria o seu desenrolar de maneira relevante para o lado estadunidense – o poderio bélico nuclear. Porém, o líder da China continental, apesar de ter consciência disso, mantinha-se relutante, preocupado principalmente em propagar uma suposta blindagem ao conflito nuclear, ao invés de verdadeiramente desenvolver mecanismos que pudessem se contrapor aquela terrível ameaça.

Assim, aquela situação começava a tomar um caminho indesejado, fazendo lembrar do impacto das relações sino-soviéticas nesta crise, algo raramente ponderado. A última coisa que os líderes soviéticos queriam era que aquela situação tensa no estreito de Taiwan se transformasse em uma nova guerra mundial, especialmente pela possibilidade do uso de armas nucleares. Dessa maneira, igualmente como os EUA estavam tentando conter o líder da

²⁶ No original: “*The art of crisis management is to raise the stakes to where the adversary will not follow, but in a manner that avoids a tit for tat. On that principle Dulles, at a press conference on March 15, 1955, announced that the United States was prepared to meet any major new Communist offensive with tactical nuclear weapons, which China did not have.*”.

²⁷ No original: “*just exactly as you would use a bullet or anything else.*”. Disponível em: https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1955-57v19/pg_61. Acesso em: 30 jun. 2021.

China nacionalista, a ex-URSS estava reduzindo ativamente o seu apoio militar a China comunista, tendo inclusive retirado importantes instalações defensivas de sua antiga base naval em Lüshun²⁸, no início da primavera de 1955. Esta ação tornou a Manchúria vulnerável e pressionou Pequim a reduzir as operações militares que estavam ocorrendo no estreito de Taiwan (ELLEMAN, 2012).

Convém um aparte, a ex-URSS e os EUA eram detentores de artefatos nucleares desde o final da década de 1940. Contudo, em 1955, a disparidade numérica entre eles era muito grande, de forma que o inventário oficial dos norte-americanos superava o da antiga União Soviética em mais de dez vezes (KRISTENSEN; NORRIS, 2020) (TAB. 1, APÊNDICE A), fazendo-nos inferir que o interesse soviético em alimentar a possibilidade daquela contenda perseverar era muito pequeno.

Tais mudanças contribuíram para a nova conduta adotada por Mao Tse-Tung. Verdadeiramente, as duas declarações públicas norte-americanas causaram uma grande agitação internacional, obviamente, contrária a realização dos ataques atômicos contra a China continental. Os EUA mantiveram a postura contundente, afirmando inclusive que havia um planejamento para destruir o potencial militar oponente, com a configuração de uma guerra prevista para acontecer até meados de abril. Em consequência daquela intimidação e da recusa soviética em apoiar Pequim, Mao precisou recuar e determinou a Zhou Enlai que comunicasse a intenção chinesa. Então, em 23 de abril de 1955, durante a Conferência Asiática-Africana, em Bandung, Indonésia, o primeiro-ministro da RPC, informou que o povo chinês não queria entrar em guerra com os norte-americanos e que o governo estaria disposto a conversar sobre as questões conflituosas envolvendo Taiwan e o seu entorno (KISSINGER, 2012).

Dessa maneira, podemos compreender que a ameaça do efetivo emprego de ar-

²⁸ Lüshun é uma cidade provinciana onde se localizava a base militar mais bem equipada da China. Seu nome ocidental, quando se tratava de um porto russo, era Port Arthur. A Base fica na parte ocidental da Baía de Liaodong. Disponível em: <https://pt.ajeshashock.com/puteshestviya/100638-port-artur-ili-lyuyshun.html>. Acesso em: 06 jul. 2021.

mamento nuclear realizada pelo presidente dos EUA foi essencial em sua estratégia coercitiva, aumentando os custos daquela crise e mostrando quem realmente possuía o domínio da escalada. Fica evidente, então, que esse fator contribuiu plenamente para forçar o líder chinês a tomar a decisão de reconsiderar a sua estratégia, revertendo algumas ações empreendidas e deixando de atuar para que outras fossem materializadas.

Lembremos que algo semelhante, envolvendo os EUA, havia acontecido recentemente na península coreana. Assim, a ameaça real de fazer uso do artifício nuclear, em concordância com o teorizado por Byman e Waxman, foi observado, até então, em dois eventos – na Guerra da Coreia e na primeira crise do estreito de Taiwan. Assim, quando retornamos a nossa referência teórica, Byman e Waxman (2001) ratificam essa ideia no trecho abaixo:

A possibilidade realista do uso de armas nucleares apresenta o exemplo mais vívido de como o domínio da escalada pode levar a concessões do adversário. Durante a Guerra da Coreia e até mesmo a Guerra do Golfo, essa possibilidade – por um lado – contribuiu para o sucesso da coerção. Na Guerra da Coreia, o Norte concordou em aceitar negociações que levassem à continuação da partição do país em parte por causa da eleição do presidente Eisenhower nos Estados Unidos, que ameaçou o uso de ataques atômicos para encerrar o conflito (BYMAN; WAXMAN, 2001, p. 39, tradução nossa)²⁹.

Uma semana após o anúncio realizado por Zhou Enlai, os bombardeios que estavam sendo realizados no estreito de Taiwan cessaram, encerrando a crise, e assim, possibilitando a análise de alguns pontos. Então, possivelmente, um dos principais objetivos de Mao era mostrar o relevante potencial de seu país, mesmo que ele soubesse que suas forças não seriam capazes de manter a ocupação das ilhas, se opondo à aliança de Taiwan com os EUA. Este último, em momento algum cogitou sobre não encarar as ameaças vindas do continente chinês, consciente que estava da sua superioridade militar. Por fim, posteriormente, foi levantada a hipótese de que Mao Tse-Tung pretendia com este episódio provocar um risco de guerra nuclear tão intenso que forçaria a ex-URSS a auxiliar no embrionário programa nuclear de

²⁹ No original: “*The realistic possibility of nuclear weapons use poses the most vivid example of how escalation dominance can prompt adversary concessions. During the Korean War and even the Gulf War, this possibility – on one side – contributed to successful coercion. In the Korean War, the North agreed to accept talks leading to the continued partition of the country in part because of the U.S. election of President Eisenhower, who threatened the use of atomic strikes to end the conflict.*”

Pequim, isentando-a da obrigatoriedade futura de prestar qualquer tipo de apoio à sua aliada comunista nesse campo (KISSINGER, 2012).

3.4 Conclusões parciais

Ao longo da primeira crise do estreito de Taiwan, foi possível observarmos posicionamentos bastante opostos entre as superpotências daquela época. Os EUA mostraram determinação para pressionar o adversário e realizar a sua estratégia coercitiva baseada, principalmente, no domínio da escalada. Foi possível identificarmos também que as suas ações foram promovidas de maneira moderada e gradativa, em concordância com um dos aspectos do domínio da escalada, por meio do efeito cumulativo, ou seja, em níveis de intensidade menores, porém razoavelmente constantes. Ademais, os norte-americanos mostraram total disposição para fazer uso de armamento nuclear para defender a China nacionalista e deixaram explícito essa possibilidade.

Diferentemente, a antiga União Soviética assumiu um comportamento demasiadamente ambíguo, em se tratando de ajudar a China comunista na crise em questão e, conseqüentemente, procurando evitar se envolver em um conflito com o seu antagonista ocidental. Podemos perceber então que a ex-URSS não seria levada para uma guerra contra os EUA se não fosse da sua vontade. A falta de apoio à China comunista trouxe ainda mais dificuldades para uma crise que se mostrava consideravelmente desbalanceada.

Enquanto isso, Pequim buscou empreender danos a partir de bombardeios e invasões em algumas ilhas localizadas próximas à costa e pertencentes a Taipei, por se tratarem de pontos de pressão vulneráveis, no entanto, com pouca suscetibilidade, características anteriormente definidas. Assim, apesar da China continental ter obtido sucesso em suas investidas, o prejuízo para Taiwan foi muito reduzido, quando observamos a situação como um todo.

Além disso, é importante destacarmos que o presidente Eisenhower, após anunciar

a intenção do uso das armas nucleares táticas, passou a empregar uma estratégia coercitiva visando a compelir o seu adversário. Tratou-se de um momento fundamental na evolução da situação. A partir desse momento, os esforços militares e políticos se concentrariam para reverter as ações empreendidas por Pequim, recuperar as ilhas bombardeadas e invadidas e, principalmente, buscar aumentar a dominância da escalada norte-americana.

Ao longo desta crise, foi possível observar que, em nenhum momento, os EUA se sentiram ameaçados. Porém, um ataque ao seu território, provavelmente, seria classificado como algo de grande relevância. Mesmo assim, é difícil identificarmos categoricamente um possível ponto de pressão norte-americano. Todavia, podemos afirmar que a ameaça de expansão comunista era uma grande preocupação estadunidense, não sendo viável defini-la como um ponto de pressão. Contudo, as cidades chinesas ameaçadas por um ataque nuclear poderiam ser classificadas como um ponto de pressão, sendo algo sensível, vulnerável e suscetível, ou seja, a possibilidade de realizar uma ação bélica nuclear, encontrou amparo no teorizado por Byman e Waxman (2001) com provável efeito na reação chinesa, que recuou de suas ações ofensivas.

Assim, apoiados em Byman e Waxman (2001) podemos inferir que a ameaça do emprego do poderio bélico nuclear trouxe fim a crise entre a China e os EUA, sendo esta intimidação um marco daquele episódio. Além disso, percebemos que diversas características relativas à capacidade combativa norte-americana eram muito superiores à belicosidade chinesa, reforçando a ideia de que o domínio da escalada contribuiu de maneira relevante para o sucesso da coerção.

Apesar do encerramento da crise em 1955, Chiang Kai-shek continuou fortificando as ilhas Quemoy e Matsu, e Mao Tse-Tung continuou aumentando as suas capacidades militares ao longo do estreito. Parecia, na verdade, que a crise não havia encerrado. No próximo capítulo nós iremos analisar como foi a segunda crise do estreito de Taiwan, em 1958.

4 A SEGUNDA CRISE DO ESTREITO DE TAIWAN

Neste capítulo iremos explicar de que maneira e em que circunstâncias a segunda crise do estreito de Taiwan veio a eclodir. De forma semelhante, buscaremos os fatores que contribuíram para a escalada da crise, além daqueles que permitiram pressionar os adversários moldando a estratégia coercitiva dos atores participantes.

Antes de apresentarmos diretamente os motivos que levaram a acontecer a segunda crise do estreito de Taiwan, destacaremos alguns aspectos importantes que contribuíram para a sua deflagração, em um período que poderíamos chamar de entre crises. Talvez fosse adequado citar as duas crises como sendo uma só, intervalada por três anos de aparente paz. No entanto, a presença efetiva de outro relevante ator transformou o panorama da crise de 1958, conforme veremos mais adiante.

4.1 Ilusória paz

A primeira crise do estreito de Taiwan havia se encerrado há pouco tempo, porém o sentimento de que algumas mazelas ainda estavam pendentes era inquestionável. Fruto desta evidente sensação a FPT ainda permanecia na região. Dessa maneira, entre os dias 9 e 18 de dezembro de 1955, em virtude da ameaça soviética implícita, a Marinha norte-americana realizou um exercício especial de guerra atômica, de forma que a Sétima Frota avaliasse a sua prontidão e a FPT realizasse o reconhecimento na defesa dos campos de aviação e instalações militares de Taiwan (ELLEMAN, 2012).

Na prática, aquele transtorno recém vivenciado entre Pequim e Washington gerou uma fonte perpétua de conflito, principalmente pelo fato de os EUA reconhecerem as autoridades de Taiwan como sendo o governo genuíno de toda a China. Tratava-se de um óbice difícil de ser vencido pela diplomacia dos países, em virtude de cada uma das partes não acei-

tar debater o assunto enquanto a outra, não concordasse em renunciar para encontrar uma solução para o problema (KISSINGER, 2012).

Dessa forma, a dificuldade de diálogo entre a China comunista e os EUA trouxe outras divergências. Inicialmente, as negociações diplomáticas aconteciam por intermédio dos seus embaixadores. Porém, uma das desavenças processadas foi quando o presidente estadunidense, em 1957, decidiu reduzir o nível da categoria de seu representante nas conversações em Genebra. Na ocasião, ele rebaixou do *status* de embaixador, tecnicamente um representante do Chefe de Estado, para o de primeiro-secretário, uma função com menor liberdade de ação e influência. Foi uma maneira de demonstrar que Washington não estava tão preocupado com os resultados daqueles entendimentos entre os governos (KISSINGER, 2012).

Ainda assim, o período de relativa calma ocorrido entre as duas crises do estreito, proporcionou um desenvolvimento nas relações entre Washington, Pequim e Taipei. As percepções culturais, os discursos, as posturas durante as manobras diplomáticas, todos esses fatores, e outros mais, foram avaliados por seus líderes e seriam fundamentais durante o novo *round* de uma crise que impactará o último quadrimestre de 1958 (HUEI, 2019).

Também durante este intervalo, em consequência da assistência militar concedida pelas forças norte-americanas, gradualmente, a Marinha nacionalista foi evoluindo. Deste modo, no período posterior à primeira crise, além da realização de inúmeros exercícios entre as duas forças, diversos equipamentos, incluindo navios e submarinos, foram cedidos pelo aliado estadunidense. Porém, cabe ressaltar que a contribuição mais importante foi a transferência de aeronaves de alta tecnologia e de mísseis *Sidewinder*³⁰. Esses avanços tecnológicos permitiram às forças taiwanesas adotar uma política mais ofensiva, não só na fase que antecedeu a crise de 1958, mas principalmente ao longo de sua curta duração (ELLEMAN, 2012).

³⁰ O *Sidewinder* é um míssil de interceptação aérea, orientado por radiação infravermelha que possui um alcance operacional de 18 quilômetros, sendo considerado de curto alcance. Em 1958, por ocasião da crise, foi empregada a versão AIM-9B, a primeira a ser produzida. Seu primeiro uso operacional foi em 22 de setembro de 1958, quando durante uma patrulha caças F-86F Sabres de Taiwan derrubaram caças MiG-15 chineses (CASTRO, 2007).

Ainda que este período seja caracterizado como sendo de paz, podemos observar que os três participantes diretos da primeira crise permaneceram atentos, prevendo a possibilidade que ela pudesse deflagrar novamente. Assim, a coerção, como uma competição dinâmica, promovia a evolução e adaptação dos seus personagens naquele ambiente. O fato da China comunista e de Taiwan continuarem a busca pelo aparelhamento militar, nos mostrou que era necessário promover a dissuasão, mesmo em um período de paz, visando a manutenção do *status quo*. A partir do momento que a RPC atacou as ilhas taiwanesas, uma nova crise se instalou na região. Parecia ser a continuação daquela que acabara em maio de 1955.

4.2 O início da segunda crise

A conjuntura militar naquela região começou a se mostrar tendenciosamente favorável para a China nacionalista durante os anos de 1956 e 1957, como consequência do suporte recebido. Então, em 23 de agosto de 1958, acreditando que a situação no estreito de Taiwan se tornava ameaçadora, as forças comunistas iniciaram outra intensa campanha contra as ilhas Quemoy e Matsu. A época que aconteceu o ataque ordenado pela China está relacionada com a crise no Líbano³¹, em andamento do Oriente Médio, a qual contou com uma intervenção militar dos EUA, a partir de 15 de julho de 1958. Isto posto, Pequim não acreditava que haveria resposta norte-americana tão rápida e tão intensa conforme aconteceu (ELLEMAN, 2012).

A intenção de Mao Tse-Tung nesse ataque tinha como principal objetivo a dissuasão dos chineses nacionalistas devido a possibilidade de utilizar as ilhas para assediar o continente, ou ainda como plataforma para possíveis invasões do território da China comunista (ELLEMAN, 2012). Porém, não era só essa a justificativa para a realização daquela investida. As circunstâncias políticas e militares podem ter conduzido Pequim a agir daquela maneira.

³¹ A crise do Líbano em 1958, teve como causas principais as tensões políticas e religiosas internas. No entanto, a ameaça comunista internacional motivou uma intervenção militar Anglo-Americana, por meio de uma Operação chamada “*Blue Bat*”. Tal ação militar pretendia apoiar ou restabelecer a autoridade do governo libanês (YAQUB, 2004).

De fato, o líder chinês sabia o que estava fazendo e queria promover o seu país, conforme Henry Kissinger (2012) citou:

Pequim mais uma vez procurou testar os limites do compromisso americano em defender Taiwan. O bombardeio também foi em parte uma reação ao rebaixamento americano das negociações entre os EUA e a China, que foram retomadas após a última crise das ilhas. Mas o ímpeto dominante parece ter sido o desejo de assumir um papel global para a China (KISSINGER, 2012, p. 172, tradução nossa)³².

Independentemente da provocação executada pela RPC à superpotência norte-americana, o desafio lançado contra a antiga União Soviética, sua estática aliada, teve proporcionalmente mais significado. A percepção do líder chinês era de que a política de coexistência pacífica engendrada por Nikita S. Khrushchev³³ (1894-1971), transformava a ex-URSS em um aliado problemático, ou até mesmo em um possível adversário. Nesse sentido, caso a crise do estreito de Taiwan viesse a alcançar o *status* de guerra, o líder soviético deveria escolher uma das opções: manter a nova política de coexistência pacífica com o ocidente, ou ratificar a sua aliança militar com a China comunista (KISSINGER, 2012).

Quanto aos ataques, apesar da suposta vantagem gerada pela iniciativa das ações, assim que o bombardeio teve início, Chiang Kai-shek solicitou apoio total das forças norte-americanas. No entanto, o TDM assinado entre os EUA e Taiwan não previa o envolvimento direto na proteção daquelas ilhas que estavam sendo atacadas. Assim, os militares norte-americanos encontraram outra forma de ajudar os taiwaneses. Eles assumiram a defesa de Formosa, fazendo com que a Sétima Frota fosse deslocada para aquela região, liberando as forças de Taiwan para defender e reabastecer as ilhas que haviam sido agredidas (ELLEMAN, 2012).

Na realidade, Mao pretendia tentar manter a crise limitada entre a China comunis-

³² No original: “*Beijing again sought to test the limits of the American commitment to defend Taiwan. The shelling was also partly a reaction to American downgrading of the U.S.-China talks that had resumed after the last offshore island crisis. But the dominant impetus seems to have been a desire to stake a global role for China.*”

³³ Nikita S. Khrushchev liderou a União Soviética durante o auge da Guerra Fria, servindo como primeiro-ministro de 1958 a 1964. Khrushchev era membro do partido comunista e defensor da política de coexistência pacífica com o Ocidente (ONION; SULLIVAN; MULLER, 2019).

ta e Taiwan, evitando maiores participações das forças estadunidenses. Assim, Pequim fazia provocações quanto à guerra nuclear, porém, com uma estratégia operacional meticulosamente pensada, ao ponto de evitar qualquer tipo de confronto direto com outros meios norte-americanos, mesmo que fossem atacados por eles (KISSINGER, 2012).

Dessa maneira, poucos dias após a eclosão da segunda crise do estreito de Taiwan, Zhou Enlai e Dulles anunciaram publicamente, em 6 de setembro de 1958, a intenção de resolvê-la por intermédio de medidas pacíficas, o que levou à convocação das negociações sino-americanas em Varsóvia, a partir de 15 de setembro. Concomitantemente, tanto os EUA quanto a RPC reivindicaram o crédito pela resolução do dilema, ou ao menos o seu encaminhamento, todavia por motivos diferentes. Os chineses proclamaram que teria sido por conta do bombardeio de artilharia realizado nas ilhas Quemoy e Matsu, enquanto os norte-americanos reafirmaram ter sido por conta da dissuasão nuclear (HUEI, 2019).

Entretanto, convém ressaltar que em 4 de setembro, ou seja, dois dias antes do anúncio realizados pelas partes, o Secretário de Estado dos EUA reforçou o compromisso estadunidense de defender Taiwan, destacando a possibilidade de inclusão de outras posições de interesse, em caso de um acordo bilateral, como as ilhas atacadas (KISSINGER, 2012).

Em termos estratégicos, podemos perceber que Pequim se sentiu ameaçada com o aumento do poder militar de Taipei e acreditou ser o momento adequado para realizar um novo ataque às ilhas taiwanesas próximas a sua costa. No entanto, a RPC não esperava que Washington reagisse da forma como o fez, tendo em vista estar envolvida em outra intervenção militar no Líbano. Assim, a estratégia chinesa de pressionar os norte-americanos não teve o efeito esperado e ainda provocou a elevação das tensões, visto que, mais uma vez, os EUA ameaçaram empregar armamento nuclear para proteger a China nacionalista e os seus territórios, aumentando o domínio da escalada, mesmo artifício utilizado na primeira crise.

4.3 A carta do primeiro-ministro Khrushchev ao presidente Eisenhower

Até esse momento não havia acontecido uma participação efetiva da ex-URSS naquela crise. Percebia-se que, por um lado, Mao proclamava ser imune à ameaça nuclear e mantinha uma postura contundente em relação aos ataques às ilhas, apesar de ter escolhido dialogar e buscar uma solução para a crise em questão. Por outro lado, Khrushchev não estava confortável, encontrando-se em um terrível impasse entre o receio de se envolver em um conflito nuclear contra o seu antagonista ocidental e a possibilidade de perder um importante aliado como a China comunista, se deixasse de apoiá-la naquela situação (KISSINGER, 2012).

De fato, o líder soviético estava dividido e resolveu tomar duas ações. A primeira delas foi enviar o seu ministro de relações exteriores até Pequim de forma a demover as autoridades chinesas a serem mais prudentes em suas ações e nas negociações que começariam em 15 de setembro. Já sabendo que a recepção não seria das melhores, o ministro carregava consigo a minuta de uma carta que Khrushchev pretendia enviar para Eisenhower, a segunda ação posteriormente executada. A correspondência endereçada ao presidente norte-americano ameaçava prestar total assistência – insinuando inclusive o apoio nuclear – a China comunista na hipótese de a crise em curso evoluir. Além disso, a carta destacava que um ataque realizado contra a China continental, seria um ataque à própria ex-URSS, advertindo ainda que ela faria de tudo para defender a segurança dos dois Estados (KISSINGER, 2012).

As duas iniciativas foram frustradas e, em 12 de setembro, o presidente dos EUA respondeu a carta do seu homólogo soviético. A correspondência endereçada a Khrushchev salienta diversos pontos em relação aos ataques realizados pela China comunista, destacando ainda a eventual divulgação de que o objetivo das operações militares em andamento seria o de tomar Taiwan e as ilhas Quemoy e Matsu. Além disso, Dwight Eisenhower questiona a postura chinesa, conforme citado no fragmento abaixo:

A questão, então, é se os comunistas chineses buscarão alcançar suas ambições através da aplicação da força, como fizeram na Coreia, ou se aceitarão o requisito vital da paz e da ordem mundiais *em uma era nuclear* e renunciarão ao uso da força como meio para satisfazer suas reivindicações territoriais. O território em causa nunca esteve sob o controle da China comunista (EISENHOWER, 2005, p. 22, tradução e grifo nosso)³⁴.

A postura do líder soviético não trouxe o efeito desejado. Assim, podemos perceber que o presidente norte-americano rejeitou a carta com as ameaças e retrucou as colocações de Khrushchev. Em sua resposta, Eisenhower fez questão de destacar que o mundo vivia uma era nuclear, cabendo-nos deduzir que ações mal pensadas, trariam consequências desastrosas. Até aqui, foi possível notarmos que a postura da China era diferente daquela assumida durante a primeira crise de Taiwan. Seu comportamento era mais contundente, consequência talvez do respaldo nuclear soviético, apesar do seu ataque às ilhas ter ocorrido de forma independente.

Vale ressaltar também que, diferente da primeira crise, em 1958 havia um TDM assinado entre os EUA e Taiwan, que ainda estava em vigor. Ou seja, a RPC sabia que haveria uma resposta norte-americano após a sua investida nas ilhas. Possivelmente, fruto de sua aliança com a ex-URSS, notamos que a postura coercitiva chinesa havia mudado, sendo o domínio da escala o fator que mais contribuiu nesta transição.

Fica claro então que a principal diferença entre as duas crises no estreito foi que durante a segunda, em 1958, a antiga União Soviética participou lançando ameaças nucleares em favor da sua aliada comunista. O líder soviético reiterou esta posição por meio da carta enviada a Eisenhower e em entrevista realizada na principal agência de notícias de seu país. No entanto, o que se percebia era que tal intimidação nuclear tinha o propósito de mostrar a sua intenção de apoiar a China comunista, mas não de efetivamente estar em prontidão para lutar contra as forças norte-americanas (KISSINGER, 2012). Vale enfatizar que em 1958 a diferença numérica de ogivas nucleares entre as duas superpotências ainda era muito grande.

³⁴ No original: “*The issue, then, is whether the Chinese Communists will seek to achieve their ambitions through the application of force, as they did in Korea, or whether they will accept the vital requisite of world peace and order in a nuclear age and renounce the use of force as the means for satisfying their territorial claims. The territory concerned has never been under the control of Communist China.*”

A resposta do líder chinês ao ler o rascunho da carta que seria enviada ao presidente dos EUA foi de que a possibilidade de guerra nuclear era clara e que a antiga União Soviética deveria estar em condições de retaliar qualquer ataque estadunidense. O discurso de Mao pretendia, na verdade, manter a ex-URSS naquele jogo confuso, preocupada com a possibilidade do emprego bélico nuclear. Dessa forma, Mao estava usando Khrushchev e o induzindo a realizar ameaças de ataques atômicos quando na realidade o líder chinês não tinha a intenção de concretizá-los. Como consequência dessa manipulação, criou-se um clima de tensão entre Washington e Moscou, por uma região que não tinha importância para nenhum dos dois (KISSINGER, 2012).

As negociações estavam em andamento desde o dia 15 de setembro e não havia sido realizado nenhum acordo ainda. Assim, em 27 de setembro, o Secretário da Força Aérea dos EUA, James H. Douglas Jr. (1899-1988), revelou oficialmente à imprensa que eles estavam preparados para defender as ilhas Quemoy e Matsu com armas nucleares tão logo o presidente autorizasse. A citada declaração mostrava que o nível de tensão e a prontidão para o emprego estadunidense estavam altos, além de reforçar que uma escalada da crise era possível. Porém, a Casa Branca havia repudiado o uso de tais artefatos. A intenção naquele momento era continuar com as negociações diplomáticas, evitando incitar a crise (HUEI, 2019).

Dias depois, em 5 de outubro, a RPC suspendeu os bombardeios por uma semana. A crise começava a apresentar indícios de que caminharia para uma solução pacífica. Enquanto isso, os entendimentos em busca da paz eram conduzidos pelos embaixadores dos EUA e da China, em Varsóvia. De forma a dar continuidade aos trabalhos, o cessar-fogo foi estendido por mais duas semanas. Nesse ínterim, a inteligência militar norte-americana declarou conclusivamente que era remota a possibilidade de a China comunista realizar alguma tentativa de ataque deliberado contra os EUA. Assim, foi determinado que as patrulhas marítimas e aéreas dentro do que os chineses comunistas alegavam ser seu espaço aéreo e marítimo terri-

torial, fossem interrompidas. Eisenhower comunicou ainda que qualquer voo de reconhecimento, seja da RC ou dos EUA, deveria ser autorizado por ele pessoalmente (HUEI, 2019).

A retirada parcial da esquadra norte-americana da região em contenda tratou de abrandar os ânimos. Ainda assim, a decisão do governo de estender a defesa de outras ilhas não citadas no TDM, cuja perda pudesse representar uma ameaça para Taiwan, acabou contribuindo para que a FPT continuasse a navegar naquelas águas (ELLEMAN, 2012).

Por certo, as autoridades chinesas tiveram grande preocupação durante a crise, de forma a se esquivar de um enfrentamento direto com as forças norte-americanas, mesmo que a RPC continuasse a declarar sua intenção sobre Taiwan e as demais ilhas. Apesar do comportamento chinês mais ofensivo, a verdadeira disputa não era geográfica, mas sim de disposição humana. Dessa maneira, Dulles ratificou a sua análise da atitude daquela população como sendo fundamentalmente política e propagandista, em vez de militar (ELLEMAN, 2012).

O diálogo diplomático caminhava com dificuldade, principalmente devido à postura de Mao e as suas manobras ambíguas, tornando o andamento das negociações impraticável. Outra questão sensível deixava Moscou bastante incomodada. Repetidamente, a China fazia considerações sobre os prováveis resultados positivos que uma guerra nuclear poderia gerar para o socialismo mundial. Esta conduta não estava de acordo com a política de coexistência pacífica com o ocidente adotada por Khrushchev (KISSINGER, 2012).

Diante da forma como foram conduzidas as conversas no final de 1958, passado o período da crise, Moscou não teve outra opção senão cancelar a cooperação que tinha com o programa nuclear da China continental. Em seguida, o líder soviético revogou o trato que tinha de fornecer um protótipo de uma bomba nuclear para Pequim, retirando os técnicos que ainda estavam na China (KISSINGER, 2012).

As negociações entre os EUA e a China comunista continuavam desgastando muito mais o país oriental, sem ter um apoio efetivo do seu aliado comunista. A postura tímida da

antiga União Soviética, temerosa de que pudesse ocorrer um conflito nuclear, acabou influenciando a resolução da segunda crise do estreito de Taiwan, fazendo com que a vitória mais uma vez fosse do lado ocidental. Posteriormente, tal comportamento acabou contribuindo para degradar a relação sino-soviética, provocando a sua ruptura poucos anos mais tarde.

4.4 Conclusões parciais

Aparentemente, tratava-se da continuação da primeira crise do estreito de Taiwan, ocorrida anos antes. De fato, alguns aspectos eram os mesmos. Porém, a inserção de um novo personagem trouxe algumas mudanças de comportamento nos beligerantes daquela disputa. Assim, este episódio colocou em um mesmo tabuleiro dois atores detentores de capacidade bélica nuclear, sendo um de cada lado, o que tornaria a dominância da escala mais próxima da igualdade entre os blocos.

O período que antecedeu esta crise ficou marcado pela amplificação de algumas mazelas já existentes e o gerenciamento do poder militar combatente, sobretudo da China comunista e de Taiwan. Assim, Pequim procurou dilatar o seu poderio militar, refletindo na sua dominância da escalada e na sua postura mais ofensiva. E Taipei, com um generoso suporte militar norte-americano, acrescentou ao seu inventário navios, submarinos, aeronaves de alta tecnologia e mísseis *Sidewinder*, sendo os dois últimos itens os mais importantes. Além disso, as forças dos EUA realizaram diversos exercícios e treinamentos, elevando a capacidade tática das tropas taiwanesas. Igualmente ao seu rival, propiciou capacidade de aumentar os custos de um possível emprego da força, contribuindo assim para a sua estratégia coercitiva.

Aos mesmos moldes da primeira crise, os norte-americanos iniciaram realizando pleno emprego do Poder Naval, havendo o regresso da Sétima Frota e a atuação da FPT na região do estreito. A versatilidade dos meios navais, ou seja, a capacidade de alterar a postura militar diante de uma ampla variedade de tarefas, ofensivas ou defensivas, seria um fator con-

tribuinte nas negociações diplomáticas que se seguiram. Contudo, logo foi necessário aumentar o tom e pressionar os adversários. De forma análoga, Dulles realizou o anúncio de que permanecia o compromisso de defender Taiwan, inclusive com o uso de armas nucleares. Ato contínuo, houve o aceno chinês, sugerindo a convocação de negociações para resolver pacificamente mais essa crise. Ficava claro que o domínio da escalada dos EUA era contundente e contribuiu de maneira excepcional para o sucesso da sua estratégia coercitiva.

Contrariamente ao que aconteceu nos anos de 1954 e 1955, a antiga União Soviética apoiou a China comunista na crise em questão, apesar de Khrushchev defender a política de coexistência pacífica. Tal fato trouxe bastante dúvida para o primeiro-ministro soviético, inclusive porque ele não tinha a real intenção de fazer o uso da força. Ainda assim, ele tratou de mostrar o seu posicionamento e tentou coagir os EUA, ameaçando prestar total assistência a RPC caso o nível de tensão evoluísse. O apoio citado pelo líder soviético deixou a entender que poderia ser inclusive nuclear. A crise envolvia a partir de agora duas potências nucleares, sendo possível observarmos uma diminuição do domínio da escalada relativo entre os blocos. Assim, a aliança Taiwan-EUA manteve a habilidade para aumentar os custos de um conflito bastante elevado. Diferentemente, a aliança entre a China e a ex-URSS proporcionou um aumento desta capacidade, alcançando um nível maior quando comparado com a primeira crise.

Conforme percebemos, os norte-americanos continuavam a possuir o completo domínio da escalada, cabendo destacar as esferas econômica, política e, principalmente, a militar. Nessa comparação de forças, apesar de percebermos uma redução no valor relativo entre os dois blocos, o domínio estadunidense permanecia quase inatingível.

No próximo capítulo será realizada uma comparação entre as duas crises, procurando destacar as similaridades e as singularidades, a luz da teoria da Dinâmica da Coerção.

5 SÍNTESE – CONFRONTANDO AS DUAS CRISES

O estreito de Taiwan foi cenário de duas crises ao longo da década de 1950. Conforme vimos nos capítulos anteriores, questões históricas e estratégicas permearam estas tensões regionais, sendo Pequim e Washington os principais envolvidos nestas contendas.

A estratégia da China comunista de atacar as ilhas taiwanesas localizadas próximas ao continente tinha a intenção de salientar o seu potencial e desgastar o seu oponente. Porém, a estratégia coercitiva estadunidense, baseada em seu amplo domínio da escalada, não deixou dúvidas de que seria empregado o poderio militar necessário para defender Taiwan.

O envolvimento dos EUA, nos dois episódios, foi muito relevante tendo em vista que nenhum outro Estado possuía a sua capacidade combativa, nem mesmo a ex-URSS.

Nos próximos subitens, apontaremos as principais similaridades e singularidades observadas entre as duas crises, relacionadas à coerção, seja com o propósito de manter, ou de alterar o *status quo*, empregada pelos atores destes episódios. Eventualmente, faremos também as análises comparativas dos personagens envolvidos diretamente nas duas situações.

5.1 Similaridades

Ao iniciarmos a enumeração das similaridades entre as crises mencionadas, devemos destacar que a China comunista realizou as primeiras ações sobre as ilhas taiwanesas contíguas ao continente nos dois episódios, embora não tenha conseguido manter o domínio da escalada em nenhuma das ocasiões.

Ato contínuo, o emprego do Poder Naval pela Marinha norte-americana, seja por meio de operações da Sétima Frota, seja por meio dos bloqueios e inspeções realizados pela FPT, visava a neutralizar eventuais ações de ambos os partidos. Dessa forma, o rápido posicionamento das forças dos EUA, atuando com uma estratégia coercitiva dissuasória, contribuiu

eficazmente para limitar, mesmo que parcialmente, os ataques chineses.

Além disso, foi possível observar que o presidente Eisenhower determinou a realização do planejamento das ações militares visando à utilização de artefatos nucleares, ainda que não soubesse se haveria a necessidade do seu emprego. O fato de ter sido disseminada a existência de planos com a intenção de uso de poderio bélico nuclear pode ter contribuído, nos dois momentos, para pressionar as decisões do adversário.

Outro aspecto que pode ser observado foi a estratégia coercitiva empregada pelas autoridades estadunidenses, sobretudo pelo presidente e pelo seu Secretário de Estado. Nas duas crises, basicamente, a dinâmica seguiu a sequência de deslocar os meios navais para a região de atrito, apoiar Taiwan em ações locais, planejar operações com o emprego de armas nucleares, divulgar a existência desses planos e a disposição de executá-los e, como consequência, negociar medidas pacíficas para solucionar tais crises.

Ademais, a divulgação oficial da disponibilidade e, principalmente, da intenção do emprego de armas nucleares táticas nas duas ocasiões contribuíram eficazmente para a estratégia de coerção, tendo, possivelmente, proporcionado o recuo do adversário e, consequentemente, o desfecho dos episódios. Dessa forma, podemos inferir que a coerção exercida pelos norte-americanos proporcionou o encerramento das contendas.

Em virtude dos aspectos observados, percebemos que os EUA impuseram a sua estratégia coercitiva e, de forma dinâmica, conduziram suas ações, mostrando, gradualmente, que detinham o total domínio da escalada nos dois casos. Ainda que em 1958 a reação chinesa tenha ocorrido de maneira menos imediata, o resultado foi o mesmo – a distensão da crise.

5.2 Singularidades

Em oposição ao que foi visto no item anterior, passaremos a destacar os principais aspectos que foram distintos, seja em relação às crises, seja em relação aos seus atores.

Assim, contrariamente ao que aconteceu em 1954 e 1955, ao longo das tensões que envolveram o segundo episódio, observamos uma atitude bem diferente da ex-URSS, quando assumiu, de fato, o papel de potência aliada. Nesta ocasião, a antiga União Soviética ameaçou apoiar totalmente a China continental, caso a crise avançasse. O tom utilizado sugeria, inclusive, que poderiam ser empregadas armas nucleares por parte dos soviéticos, promovendo a escalada da crise, tentando dissuadir os EUA e mostrando a sua capacidade de aumentar os custos daquela ameaça, tendo em vista se tratar também de uma potência nuclear.

Foi possível notarmos que no período entre as duas crises, tanto a China comunista, quanto Taiwan buscaram ampliar o seu poder militar, reforçando os seus inventários, entendendo talvez que aquela crise não havia se encerrado em 1955. Ainda assim, a capacidade combativa convencional norte-americana era muito superior à da sua oponente nos dois episódios, principalmente durante aquele que aconteceu primeiro.

Conforme já citado, tratava-se do período da Guerra Fria e um fator singular foi observado quanto ao posicionamento das superpotências. Por ocasião da primeira crise, os EUA cumpriram o seu papel de forma clara, defendendo Taiwan dos ataques comunistas, empregando o seu Poder Naval e exercendo a sua estratégia coercitiva sobre a RPC. Com uma postura completamente diferente, a ex-URSS, suposta aliada chinesa, mostrou-se muito tímida e até mesmo confusa, não apoiando-a eficazmente. Tal comportamento soviético mudou por ocasião da segunda crise.

Quanto à postura do líder comunista chinês, observamos certa diferença, uma vez que ao longo do primeiro episódio, Mao foi mais moderado em suas ações e no segundo, mais agressivo. Como vimos, em 1955, embora tenha divulgado não estar preocupado com as ações nucleares dos EUA, ele recuou quando surgiu a possibilidade real de sofrer um ataque contra o seu continente. Em 1958, suas ações mais enérgicas e ofensivas sugeriam que Pequim não estava interessado em negociar uma paz vantajosa entre os Estados, o que preocu-

pou Khrushchev de se envolver em um confronto bélico nuclear.

Convenientemente, devemos lembrar que, durante a primeira crise, somente o bloco dos EUA-Taiwan detinha o armamento atômico. Diferentemente, em 1958, os dois lados adversários possuíam em seus arsenais tais artefatos em condições de emprego.

Assim, além da política de coexistência pacífica, o primeiro-ministro soviético tinha outra razão incontestável para esquivar-se de um confronto bélico com os EUA – o aspecto da superioridade nuclear. Dessa maneira, mesmo que o domínio da escalada tivesse diminuído relativamente, a assimetria em favor dos norte-americanos permanecia muito grande, fazendo com que a China comunista, isoladamente, não tivesse qualquer condição de exercer a sua coerção, mesmo que na forma dissuasória, sobre aquele poderoso adversário ocidental.

Portanto, após a primeira crise, Pequim aproximou-se de Moscou, a fim de fortalecer uma aliança militar e encontrar alguma possibilidade de se contrapor ao poder norte-americano. Logo, em 1958, houve a coligação comunista sino-soviética, em contraposição aos EUA e Taiwan. Talvez possamos depreender que o amplo domínio da escalada estadunidense contribuiu para a consolidação do bloco socialista por ocasião da segunda crise de Taiwan.

Dado o exposto, notamos que ocorreram algumas mudanças relevantes por ocasião da segunda crise, como por exemplo, a postura da ex-URSS e do líder da China continental, a formação de um bloco comunista e a redução do domínio da escalada relativo entre os oponentes. Ainda assim, a estratégia coercitiva empregada pelos EUA obteve sucesso, dissuadindo seus rivais e mantendo as ilhas que haviam sido atacadas, sob controle taiwanês.

De forma consolidada, podemos visualizar os aspectos similares e singulares em relação às duas primeiras crises do estreito de Taiwan, destacados aqui neste capítulo, conforme disposto mais adiante (TAB. 2, APÊNDICE B).

No próximo capítulo, apresentaremos a conclusão da nossa pesquisa.

6 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa procuramos analisar a relação entre a teoria da Dinâmica da Coerção, apoiada no domínio da escalada, e as estratégias coercitivas empreendidas pelos atores das crises do estreito de Taiwan, sucedidas em 1954-1955 e em 1958. Para alcançarmos tal propósito, foi realizada a comparação das duas crises com a teoria supracitada, sendo possível identificarmos as similaridades e as singularidades, nos conduzindo a esta conclusão.

Assim, o estudo foi exposto em seis capítulos, de forma que no primeiro, iniciamos com a apresentação de uma breve contextualização histórica, o propósito e a estrutura da pesquisa. No segundo, foram vistos os aspectos teóricos, com definições essenciais para o desenvolvimento do tema e a nossa teoria de apoio, proposta por Byman e Waxman.

Nos terceiro e quarto capítulos, foram examinadas as crises, buscando identificar amparo na teoria dissecada no capítulo dois. Além disso, identificamos pontos de inflexão ao longo desses episódios de tensão, fatores esses que contribuíram para o desfecho das situações em questão e as estratégias coercitivas empregadas pelos atores daquelas crises, merecendo destaque o emprego do Poder Naval norte-americano ao longo dos dois eventos.

No quinto capítulo, procuramos comparar os objetos com a teoria da Dinâmica da Coerção, encontrando diversos pontos de similaridade e singularidade. Esses elementos nos ajudaram a consolidar as respostas das questões apontadas nas páginas introdutórias deste trabalho, as quais serão respondidas no presente capítulo. Adicionalmente, também nesta parte, será apresentada a conclusão do estudo, além de sugestões de pesquisas futuras.

A ideia de escolhermos as crises do estreito de Taiwan se justifica por dois motivos principais. O primeiro deles, pelo fato de envolver a participação dos EUA, uma potência nuclear, que havia provado a sua capacidade bélica e a sua disposição de empregar armas atômicas há menos de uma década, por ocasião da SGM. Ainda que fossem apenas crises, aquela dominância da escalada foi essencial na dinâmica da coerção norte-americana.

Além disso, outro fator igualmente importante diz respeito ao relevante emprego do Poder Naval estadunidense nos dois episódios, destacando a forma gradual como foi utilizado. Inicialmente, pretendia dissuadir as ações de ambos os lados, mantendo o *status quo* daquela situação, evitando que continente e ilha se atacassem mutuamente. Posteriormente, serviu para apoiar as ameaças de emprego de artefatos nucleares dos EUA caso a China comunista continuasse as suas ações sobre as ilhas Quemoy e Matsu, de domínio taiwanês.

Depois que definimos os objetos, procuramos nos debruçar sobre o amparo teórico necessário para a devida análise. Inicialmente, verificamos o correto enquadramento dos objetos com a definição de crise internacional político-estratégica, ficando evidente a condução daquela situação através de manobras de crise. Após, identificamos que devido às suas características, o Poder Naval é um instrumento fundamental para conduzir tais manobras e apoiar a política externa, conforme percebemos ter acontecido nas duas crises. Então, examinamos a teoria escolhida, destacando importantes pontos sobre a dinâmica da coerção, em especial sobre o domínio da escalada, fator primordial para conduzir as estratégias coercitivas.

Dessa maneira, identificamos que na primeira crise, assim que os EUA mostraram a intenção de apoiar Taiwan, eles o fizeram de forma determinada, regressando porta-aviões para a região em atrito, aprovando a Resolução Formosa, autorizando ações mais enérgicas e confeccionando planos para emprego de armas nucleares contra o seu rival. Tudo isso ampliou o seu domínio da escalada, colaborando para a China comunista recuar em suas ações.

Igualmente como na primeira, em 1958, houve um grande suporte da Sétima Frota norte-americana. Mesmo com os EUA envolvidos em outra intervenção militar no Líbano, suas forças não limitaram esforços para reagir àquele ataque chinês, que dessa vez passou a contar com o apoio mais atuante da ex-URSS. A aliança sino-soviética aumentou o poder político e militar, sobretudo com a possibilidade da ameaça nuclear, que até então só pertencia a outra coalizão. Assim, houve a redução do domínio da escalada relativo dos blocos.

No entanto, ainda que esse hiato referente à capacidade combativa entre os antagonistas tenha diminuído, o fator que gerou o recuo chinês e a busca pelas negociações nas duas crises foi o mesmo – a ameaça do emprego de artefatos nucleares. Apesar da redução da assimetria, o domínio da escalada estadunidense se manteve pleno em ambos os períodos.

Dessa forma, não é absurdo inferirmos que essa supremacia dos EUA pode ter provocado dois efeitos colaterais: o primeiro, a China comunista pode ter buscado realizar alianças, aumentando o seu poder militar e político, de forma a apoiá-la a se contrapor ao poder norte-americano; o segundo, é razoável inferirmos que a RPC tenha priorizado a realização de programas de desenvolvimento de artefatos nucleares, visando a diminuir uma eventual lacuna relativa entre o seu poder militar e o de outro Estado, evitando que a ampla capacidade bélica oponente viesse, novamente, a provocar a manipulação das suas escolhas políticas e das suas tomadas de decisão, interferindo na sua estratégia coercitiva.

Assim, afirmar que é positivo a posse do pleno domínio da escalada é fácil de entender. Porém, dizer que esse mesmo domínio também possa ter consequências não intencionais e negativas sugere um paradoxo. A ausência daquela dominância pode provocar alianças ou mesmo a evolução militar do partido mais fraco e, como efeito, gerar uma ação bélica sobre a potência mais forte, podendo ampliar a crise e alcançar um conflito armado.

Destarte, o propósito da pesquisa foi atingido, uma vez que o estudo comprovou a veracidade das questões realizadas, em especial, aquela que tratou sobre a posse de artefatos nucleares, afetando as estratégias coercitivas empregadas pelos EUA, influenciando as escolhas políticas e as decisões da China comunista, por ocasião das crises do estreito de Taiwan.

Por fim, visualizamos como possibilidade de pesquisas futuras a ampliação da nossa especulação relacionada ao fato de o pleno domínio da escalada norte-americano ter influenciado a busca chinesa pelo desenvolvimento de artefatos nucleares no período posterior à segunda crise do estreito de Taiwan, no final da década de 1950.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. *MD 51 – M-04: Doutrina Militar de Defesa*. Brasília, 2007.

_____. Estado-Maior da Armada. *EMA-305: Doutrina Militar Naval*. 1 rev. Brasília, 2017.

BYMAN, Daniel; WAXMAN, Matthew. *The Dynamics of Coercion: American Foreign Policy and the Limits of Military Might*. New York; Boston: Cambridge University Press, 2001. 281 p.

CASTRO, Fábio. Sistemas de Armas: AIM94 – Uso Operacional, 2007. Disponível em: <http://sistemasdearmas.com.br/aam/aim94operacionais.html>. Acesso em: 31 jul. 2021.

DULLES, John F.; EISENHOWER, Dwight D. *The Communist Threat in the Taiwan Area*. President Eisenhower's Letter to Premier Khrushchev, September 13, 1958. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/16142/16142-h/16142-h.htm#article4>. Acesso em: 11 jul. 2021.

ELLEMAN, Bruce A. *High seas buffer: the Taiwan Patrol Force, 1950-1979*. Newport, RI: Naval War College Press, 2012. 171 p.

ELLEMAN, Bruce A. PRC Disputes with the ROC on Taiwan. In: _____. *Beijing's Power and China's Borders Twenty Neighbors in Asia*. New York: M. E. Sharpe, 2013. p. 267-281.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p. (Coleção Aprender).

FREUND, Julien. *Sociología del Conflicto*. Madrid: Ediciones Ejército, 1995. 310 p.

GROVE, Eric. *The Future of Sea Power*. Annapolis, Maryland: Naval Institute Press, ©1990. 280 p.

HUEI, Pang Y. *Strait Rituals: China, Taiwan, and the United States in the Taiwan Strait Crises, 1954-1958*. Hong Kong University Press, 2019. 526 p.

KISSINGER, H. *On China*. New York: Penguin Press, 2012, 604 p.

KRISTENSEN, Hans M; NORRIS, Robert S. *The Bulletin of the Atomic Scientists: Nuclear Notebook*. 2020. Disponível em: <https://thebulletin.org/nuclear-notebook/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

NUNES, Paulo. *Conceito de Fenómenos Sociais*. 2019. Disponível em: <https://knoow.net/ciencconempr/economia/fenomenos-sociais/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ONION, Amanda; SULLIVAN, Missy; MULLER, Matt. *History: Chiang Kai-shek*. 2018. Disponível em: <https://www.history.com/topics/china/chiang-kai-shek>. Acesso em: 11 jul. 2021.

ONION, Amanda; SULLIVAN, Missy; MULLER, Matt. *History: Nikita Khrushchev*. 2019. Disponível em: <https://www.history.com/topics/cold-war/nikita-sergeyevich-khrushchev>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PLETCHER, Kenneth. *Encyclopaedia Britannica: Zhou Enlai*. 2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Zhou-Enlai> . Acesso em: 21 jul. 2021.

SCHELLING, Thomas C. *Arms and Influence: With a New Preface and Afterword*. New Haven and London Yale University Press, Preface to the 2008 edition, ©1966, 312 p.

TILL, Geoffrey. *Seapower: a guide for the twenty-first century*. 2 ed. New York: Routledge, 2009. 380 p.

TSE-TUNG, Mao. *Selected works of Mao Tse-Tung: volume 5*. Peking: Foreign Languages Press, 1977. 518 p.

TERRILL, Ross. *MAO: A Biography: Revised and expanded edition*. New York: Stanford University Press, 2000. 576 p.

TUCKER, Nancy B. *Dangerous strait: the U.S. – Taiwan – China crisis*. Columbia University Press, 2005. 300 p.

US. A Report to the President Pursuant to the President's Directive of January 31, 1950 (NSC-68: United States Objectives and Programs for National Security). Washington, 1950. Disponível em: <https://fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>. Acesso em: 25 jun. 2021.

YAQUB, Salim. *Containing Arab Nationalism: the Eisenhower Doctrine and the Middle East*. The University of North Carolina Press, 2004. 392 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TABELA 1 – Inventário oficial do arsenal nuclear conhecido

	1945	1950	1955	1958	1960	1965
EUA	2	299	2.422	7.345	18.638	31.139
Ex-URSS	0	5	200	863	1.605	6.129
China comunista	0	0	0	0	0	5
Total	2	304	2.622	8.208	20.243	37.273

Fonte: *The Bulletin of the Atomic Scientists - Nuclear Notebook*, adaptado pelo autor, 2021.

APÊNDICE B

TABELA 2 – Consolidação das comparações das crises analisadas

	Primeira crise	Segunda crise
SIMILARIDADES	Iniciativa das ações ofensivas da China comunista	
	Resposta norte-americana com o emprego do Poder Naval	
	Planejamento e divulgação de operações visando a empregar armas nucleares	
	Estratégia coercitiva norte-americana, apoiada na plena capacidade combativa (convencional e nuclear)	
	Reação chinesa para negociar medidas pacíficas	
	Resultado: a distensão da crise	
SINGULARIDADES	Atuação da China comunista, praticamente, independente	Aliança sino-soviética mais efetiva
	Postura da ex-URSS discreta	Postura da ex-URSS atuante
	Comportamento de Mao Tse- Tung mais moderado	Comportamento de Mao Tse- Tung mais agressivo
	Apenas os EUA mostraram a disposição para empregar armas nucleares	A ex-URSS passou a demonstrar a disposição para empregar armas nucleares
	Domínio da escalada, praticamente, exclusivo dos EUA	Redução do domínio relativo da escalada, a partir da mudança de postura da ex-URSS

Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

ANEXOS

ANEXO A



FIGURA 1 – Estreito de Taiwan, com destaque para as ilhas Quemoy, Matsu e Ilhas Pescadores.

Fonte: <https://escola.britannica.com.br/artigo/Taiwan/482627> . Acesso em: 14 jul. 2021. (Houve alteração na ilustração com acréscimo de três setas, para apontar as ilhas Quemoy e Matsu, próximas ao continente chinês, e as Ilhas Pescadores, próximas a Taiwan).

ANEXO B

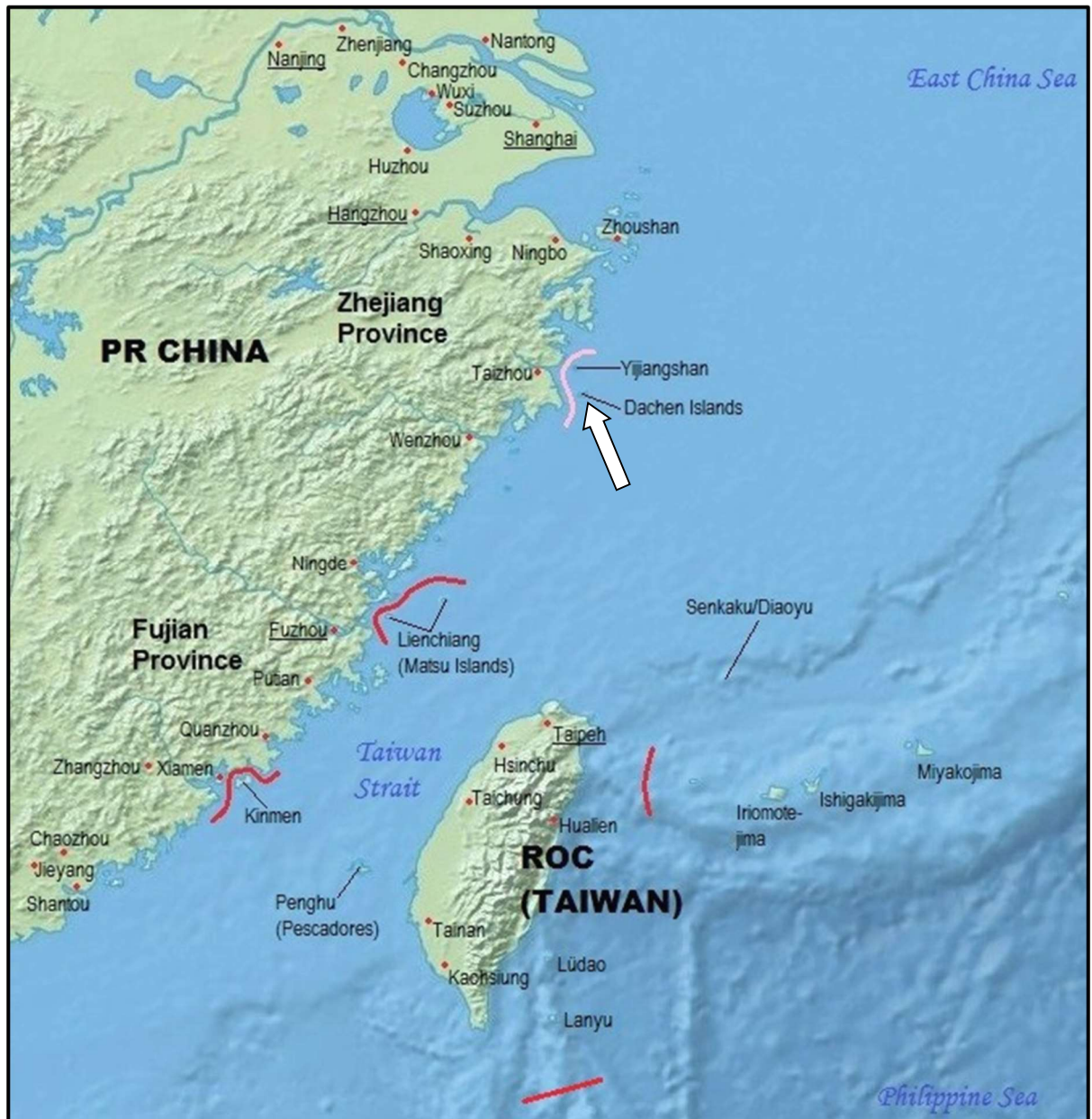


FIGURA 2 – Ilhas Yijiangshan e Dachen.

Fonte: <http://www.chinaknowledge.de/History/PRC/Images/mapTaiwanstrait.jpg> . Acesso em: 14 jul. 2021. (Houve alteração na ilustração com acréscimo de seta, para apontar as ilhas Yijiangshan e Dachen, próximas ao continente chinês).